



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 101

SÁBADO, 26 DE AGOSTO DE 1978

BRÁSILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1978

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.627, de 2 de junho de 1978, que dispõe quanto à isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que especifica, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.627, de 2 de junho de 1978, que dispõe quanto à isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que especifica, e dá outras providências.

Senado Federal, 25 de agosto de 1978. — Senador Petrônio Portella, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 1978

Autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 2.473.901,26 (dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e um cruzeiros e vinte e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Casa Branca, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 2.473.901,26 (dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e um cruzeiros e vinte e seis centavos), o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo, de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado ao financiamento de obras de infra-estrutura urbana no Conjunto Habitacional da CECAP naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de agosto de 1978. — Senador Petrônio Portella, Presidente.

SUMÁRIO

1. ATA DA 133ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Referente ao tempo do Expediente da sessão, dedicado a homenagear o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, na data significativa do "Dia do Soldado".

Oradores

SENADOR JARBAS PASSARINHO, em nome da ARENA.

SENADOR DIRCEU CARDOSO, em nome do MDB.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa, em nome da Mesa.

1.2.2 — Aviso do Sr. Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

— Nº 180/78, encaminhando informações daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 31/78, que determina o recolhimento do percentual previsto na legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sobre as quantias pagas a título de aviso prévio.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Recebimento das Mensagens nºs 167 e 168/78 (nºs 286 e 287/78, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República submete ao Senado propostas do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (RJ) sejam autorizadas a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 2º da Resolução nº 62/75, desta Casa, e possam realizar operações de empréstimos, para os fins que especificam.

— Recebimento do Ofício nº S/15/78, do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor que menciona, para o fim que especifica.

— Arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 27, 84, 106 e 122/78, por terem recebidos pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foram distribuídos.

1.2.4 — Telex

— Do Sr. Presidente Executivo da Liga da Defesa Nacional do Distrito Federal, de convite ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores para a solenidade de chegada do Fogo Simbólico da Pátria, no dia 31 do corrente, em frente ao edifício do Supremo Tribunal Federal, em homenagem ao sesquicentenário da instituição da nossa Suprema Corte.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 237/78, de autoria dos Srs. Senadores Lourival Baptista e Dinarte Mariz, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército, General-de-Exército Fernando Belfort Bethlem, lida hoje, em comemoração ao "Dia do Soldado".

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 156/78, de autoria do Sr. Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 101/77, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 122, de 1978, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 248/76, que proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 136/78, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 164/74, que dispõe sobre a participação dos eleitores do Distrito Federal na eleição de Senadores e Deputados Federais, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 68/78, de autoria do Sr. Senador Muriilo Paraíso, propondo a inserção em Ata de voto de congratulações à "Ordem Beneditina da Academia Santa Gertrudes" de Olinda, no Estado de Pernambuco, tendo em vista os inestimáveis serviços prestados à educação pela instituição. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 107/78, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, propondo a inserção em Ata de voto de congratulações ao *Diário da Grande ABC*, pela passagem do vigésimo aniversário de sua fundação. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 40/72, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens e determina outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 136/76, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 234/76, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 217/76, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a transferência do aeroviário, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 145/77, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que acrescenta parágrafo único ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o horário no período de aviso prévio, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 128/77, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 144/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 232/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 38/78-Complementar, do Sr. Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 189/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 28 de agosto de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 97/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 230/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 20 de setembro próximo vindouro.

— Projeto de Lei do Senado nº 115/77, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 231/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 20 de setembro próximo vindouro.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Defasagens verificadas em objetivos estabelecidos no II PND, no que diz respeito aos programas globais.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Apelo no sentido da ultimização do Projeto de Lei da Câmara nº 101/77, em tramitação na Casa, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o

Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Explicações, em nome da Liderança da ARENA, relativas ao assunto objeto do discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração do edifício-sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Aracaju—SE.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Itamar Franco, proferido na sessão de 24-8-78.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

ATA DA 133ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1978

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E RENATO FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Roberto Saturnino — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão, face à aprovação pelo Plenário de Requerimento do Senhor Senador Eurico Rezende e outros Senhores Senadores, será dedicado a homenagear o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, na data significativa do "Dia do Soldado".

Concedo a palavra ao nobre Senhor Senador Jarbas Passarinho, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Em nome da ARENA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Comemorando-se hoje o Dia do Soldado em todo o território nacional, terei a honra de ocupar a tribuna em nome do meu Partido, enquanto que o nobre Senador Dirceu Cardoso o fará pela Minoria desta Casa. Combinei com S. Exª que trataríamos da figura de Caxias cada um sob um aspecto, primeiro para que não houvesse recobrimentos, em que apenas eu teria a perder; segundo, porque assim a Casa ganharia análises diferenciadas.

Proponho-me, Sr. Presidente, a tratar da figura de Caxias enquanto militar e fazer esta ou aquela incursão, apenas, nas consequências de sua atividade militar.

Estava ainda esta Nação embebada de alegria há dois meses a partir de 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro I, a cavalo, escolhia, nas unidades de artilharia, de infantaria, de cavalaria e nos corpos auxiliares, as praças que deveriam constituir o Batalhão do Imperador. E o fazia pela compleição física, normalmente mais avantajada, que ele pudesse encontrar nas fileiras. Mas quanto aos oficiais, a escolha foi feita a partir da ficha de valor profissional de cada um. Constituído o batalhão, era seu porta-bandeira o jovem 1º Tenente Luiz Alves de Lima e Silva, que seria depois o Barão, Conde e Duque de Caxias.

A sua primeira operação em combate se deu ainda na consolidação da Independência do Brasil. Como se sabe, as tropas do General Madeira, na Bahia, reagiram à Independência, em nome da Coroa Portuguesa e tiveram de ser combatidas e a cidade de São Salvador conquistada contra as tropas do General Madeira.

O Tenente Luiz Alves de Lima e Silva teve a sua primeira atividade em combate de maneira que desde logo chamou a atenção para o seu valor pessoal. E em seguida, no dia 2 de julho, quando a cidade de Salvador recebia em festas as tropas que tinham batido as hostes lusitanas do General Madeira, o jovem porta-bandeira do Batalhão do Imperador desfilava na mesma coluna em que à sua frente marchava a já lendária figura de Maria Quitéria.

De 1823 a 1829 ele continuou na sua carreira normal dentro do Batalhão do Imperador. Em 1829, como sabemos, D. Pedro I, com seus impulsos, sobretudo com as suas intenções absolutistas, chocava-se com o sentimento liberal do povo brasileiro e, choque após choque, a 7 de abril de 1829, se deu a abdicação, mas antes da abdicação houve um momento crítico e talvez o único que marcará, em toda a vida de Caxias, um comportamento de que posteriormente ele, Senador pelo Rio Grande do Sul, viria a dar explicações no plenário do Senado.

De fato, é um momento difícil, porque enquanto seu pai, Brigadeiro e Comandante das Forças sediadas na Corte, havia aderido ao movimento dos oficiais e ao movimento do povo brasileiro e ocupava o Campo de Santana em favor de uma pressão sobre o Imperador para que restabelecesse o Gabinete demitido, restava

como única força de sustentação do Imperador o seu Batalhão, aquele Batalhão que eu rapidamente mostrei como fora organizado. E ele manda saber, do já então Major Luiz Alves de Lima e Silva, qual seria o seu comportamento como Major-Ajudante do Batalhão, tendo um tio como Coronel-Comandante deste Batalhão e tendo o pai como Comandante de todas as forças rebeladas no Campo de Santana. E a resposta de Caxias foi que, entre o amor filial, o dever filial e o dever para com a Coroa, na qual ele interpretava a Pátria, ele ficava com o dever à Pátria, e se dispôs a marchar contra as do Campo de Santana para enfrentar as tropas que eram comandadas pelo seu próprio pai.

Contam os biógrafos que a esse ato, que seria depois interpretado de maneira muito polêmica, correspondeu um gesto de grandeza de D. Pedro I. Ele teria dito: "Siga o Major a sorte dos seus camaradas reunidos no Campo de Santana, não quero que por minha causa seja derramada uma só gota de sangue brasileiro". E, em consequência, o Batalhão do Imperador marchou, o único que marchou em ordem, já agora ao encontro das forças que ocupavam o Campo de Santana, para aderir a essas forças, e se deu a abdicação.

Essa paixão pela ordem vai marcar a vida de Caxias ao longo dos seus 77 anos. Ele diria até, mais tarde, que entre o risco de praticar a injustiça e o outro da desordem, ele preferia correr o primeiro. Vai ser este homem que terá o papel mais admirável da vida brasileira, no período do II Império. E por que o mais admirável? Não apenas porque ele tenha sido o condestável do Império, mas porque um homem como ele partia da convicção de que apenas um poder central forte e com a sua autoridade incontestável seria capaz de evitar que acontecesse no Império Brasileiro aquilo que já acontecia no antigo Vice-Reinado do Prata, no antigo Vice-Reinado do Peru, ou seja, o fracionamento daquele império em republiquetas que poderiam ser hoje inúmeras republiquetas provindas do Império Brasileiro.

E o seu destino vai provar que esta convicção vai lhe criar problemas tão graves, ou quase tão graves quanto aquele que inicialmente já se configurou na luta entre o dever filial e o dever para com a Nação.

O Conde Lajes, em 1840, sendo Ministro da Guerra, chama o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva e lhe diz: "Vá pacificar o Maranhão, vá criar nome, ganhar fama, para depois vir pacificar o Sul". Porque desde 1835, com a República de Piratini, lançadas as suas bases doutrinárias inclusive em Jaguarão, o Rio Grande do Sul era varrido na sua pradaria pela revolução que havia de durar dez anos. Chega o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva a São Luís. Já então a cidade de Caxias tinha sido dominada, depois de um sítio demorado, em que as mulheres iam para as ruas com tachos ferventes para fazer do combo um modelo de bala, em que todos os homens válidos e inválidos tomavam de armas para se defender das agressões do Balaio e de Gomes, que cercava a cidade. E afinal renderam-se, e, uma vez feita a rendição, seguiu-se aquilo que o historiador chama de lepra das vitórias — o saque, a violência contra a honra e a violência contra a propriedade.

E o requinte de barbaridade feito em Caxias, nessa ocasião, sob as ordens diretas de Balaio, e um velho octogenário, que teve o ventre aberto e cosido posteriormente, antes dentro colocado um pequeno leitão, para que comesse as suas entranhas, enquanto ele morria.

A Revolução, no Maranhão, não tinha, absolutamente, nenhuma conotação de grandeza. Ela vinha, evidentemente, de alguns ressentimentos profundos por parte, principalmente, desse homem, — o "Balaio" — que era um criminoso, mas que tivera duas filhas desfloradas por um Delegado de Polícia.

E, em nome dessa revanche, em nome dessa agressão, que era totalmente cevada no ódio, que a revolta se instalou no solo generoso do Maranhão, e ocupou grande parte do seu território.

Chegando o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva a São Luís, deu-se conta de que ele não poderia sequer rocar ou transferir as suas tropas com rapidez. Preparou as bases.

E eu estou me detendo neste ponto, Campanha do Maranhão, porque ela é extremamente importante para definir a maneira de ser de Caxias, desde os albores da sua vida militar até a conquista final da sua glória, nos campos de batalha do Paraguai.

Ele primeiro preparava a base logística; no Maranhão chegou até fazer estradas, antes de começar a dar combate aos revoltosos, para depois, então, investir.

Em uma das suas cartas, aliás deliciosa carta, em que ele escrevia ao Ministro da Guerra, dizia: "Cheguei aqui e encontrei alguns oficiais malandros e vários mandriões; já os dispensei porque não os quero combatendo, uma vez que não merecem sequer combater os facínoras".

Reorganizou suas tropas, em seguida marchou, reconquistou Caxias e liberou o Maranhão daquela mancha sobre a História daquele bravo povo.

E, ao mesmo tempo em que foi procurado para negociar a rendição, ele respondeu — resposta que ele daria ao longo de toda a sua vida também: "Não negocio, de maneira nenhuma, enquanto os rebeldes estiverem com as armas na mão; depostas as armas, aceito negociar". E assim fez.

Balaio morreu em combate, mas outros que se notabilizaram pela ferocidade com que conduziram esse combate foram pelo jovem coronel anistiados. E diz o historiador que a sua mão não se cansou de assinar três mil anistias depois da deposição das armas.

Volta ele para o Rio de Janeiro e, em 1842, uma vez que o foco da Farroupilha não fora extinto e mandava a sua mensagem permanente para o resto do Brasil, liberais e conservadores em luta, eclode a Revolução de Sorocaba, dos paulistas, e o Brigadeiro Tobias fazendo a mensagem de lançamento da revolução paulista, em nome de São Paulo ofendido, diminuído e espezinhado pelo Regente. Coube ao Barão de Caxias, que houvera ganho esse título a partir da sua reconquista da Cidade de Caxias, e ao General que havia sido promovido exatamente naquele ano, a responsabilidade de combater os paulistas revoltados, e ainda sob inspiração daquele nome quase tutelar dessa fase da vida brasileira, que foi o Padre Antônio Feijó. Já praticamente moribundo, Caxias chega ao Rio de Janeiro e dá-se conta de que a Cidade de São Paulo, como Capital, ainda não fora ocupada; e, naquela altura em que não havia ligação por terra entre Rio e São Paulo, ele rapidamente fez embarcar um corpo de artilharia e dois batalhões de caçadores, num navio, dirigiu-se para Santos, antes parou na Ilha de São Sebastião e de lá despachou, primeiro, o Batalhão de Caçadores para a Cidade de Guaratinguetá, cobriu-se face ao Rio de Janeiro, cobriu-se face ao Paraná, e investiu a Cidade de São Paulo. Conquistou-a sem resistência, pois os rebeldes, entusiasmados com os primeiros êxitos, tinham continuado em Sorocaba, e ele, em poucos dias, era dono da Cidade de São Paulo, ocupava Mogi e lançava a sua vanguarda sobre Campinas. Os rebeldes, quando se aproximaram de Campinas, já encontraram a vanguarda de Caxias ocupando aquela cidade. Travou-se a única batalha dessa insurreição paulista. Vencidos os rebeldes na tentativa de tomar Campinas, ele juntou essas forças de Campinas vitoriosas a uma coluna que deveria inflitr pelo flanco esquerdo dos adversários, que tinham refluído para Sorocaba. A coluna do centro ele mesmo, em pessoa, comandaria, e a coluna da esquerda seria outra coluna de envolvimento pelo flanco. A mesma manobra de sabor napoleônico Caxias vai repetir, mais tarde, de maneira admirável, nos campos do Paraguai. E por uma manobra igual, com a má execução de um irmão, quase ele perde a única batalha ao longo de toda a sua vida. De todas que travou, quase perde essa, nas montanhas de Minas Gerais.

Chega a Sorocaba, e os paulistas não mais combatem, refluem, e, na linguagem da crônica militar, nem sequer se entregam, porque o seu exército de rebeldes diluiu-se. Eram três mil. Único fato pitoresco é o Brigadeiro Tobias correndo, às pressas, para um padre e pedindo que efetuasse o casamento com aquela senhora que ele trazia ao lado. E quando o padre foi saber de quem se tratava, essa senhora era, ninguém mais, ninguém menos, que a famosa Marquesa de Santos.

Caxias recebe uma carta do moribundo Padre Feijó, datada de 14 de junho de 1842, de Sorocaba. Diz o antigo Regente:

"Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves de Lima e Silva seria obrigado a combater o Padre Feijó. Tais são as coisas deste mundo."

E, em seguida, fala sobre possibilidade de entendimento, de tratamento generoso do povo paulista. E apresenta condições para cessar as hostilidades. A resposta de Caxias, que não era dado a ironias, é esta:

"Respondo a V. Ex^a pelas mesmas palavras de sua carta hoje recebida. Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó, tais as coisas do mundo. As ordens que recebi de Sua Majestade o Imperador são em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça, em nome da Regência (era o Padre Feijó), nos dias três e dezessete de abril de 1832, isto é; que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e, da mesma maneira que então as cumpria, as cumprirei agora. Não é com as armas na mão, Ex^{ma} Sr., que se dirigem súplicas a um monarca e nem com elas empunhadas admitirei a menor das condições que V. Ex^a propõe na referida carta."

E ele recebera instruções do próprio Padre Feijó. Em 1932, a ordem que lhe foi dada foi esta: "Leve a ferro e fogo". Agora, o sapato mudava de pé. E era ele que iria aprisionar o Padre Feijó na conquista de Sorocaba, a partir do momento em que as forças rebeldes se entregaram.

Volta ao Rio de Janeiro, mas ainda quando estava em São Paulo, Capital, tomou conhecimento de que Barbacena se levantara. Chega ao Rio de Janeiro, e o comando das tropas de pacificação lhe é entregue. Não leva 48 horas para tirar o pó, a poeira, de marchas a cavalo, de noites insones, e faz, então, o mais belo *raid* de que há notícia na História Militar brasileira. Remonte-se isso ao século XIX. Percebe-se o que seria a dificuldade de comunicação entre a Cidade do Rio de Janeiro e a Cidade de Ouro Preto, àquela época — a subida da montanha a partir do Rio de Janeiro, ao nível do mar até os 1.100 metros de altura, de Ouro Preto. E ele faz isto carregando artilharia puxada a cavalo e a boi, cavalaria a cavalo e infantaria a pé, em 11 dias. E, em 11 dias, ocupa Ouro Preto, antes que os rebeldes se dessem conta de que a Capital de Minas era o grande objetivo político, era o grande objetivo estratégico a ser conquistado. E a mesma operação que fez em São Paulo desencadeou em Minas Gerais, com uma diferença: é que os rebeldes de Minas lutaram. Lutaram até obstinadamente. Apresentaram condições, outra vez, para negociar a paz, e, ainda uma vez, Caxias declarou que não negociava a paz com nenhum rebelde que estivesse portando armas.

Finalmente, pacificada a Província de Minas Gerais, Caxias volta ao Rio de Janeiro. Já agora era ele um general consagrado, e iria provar todo o valor de que era capaz, porque a grande missão de pacificação nacional era, afinal, entregue a ele.

Como sabemos, desde 1835 a Farroupilha dominava 25 mil km² do solo do Rio Grande do Sul. Imagine-se um triângulo com base na Lagoa dos Patos e o vértice na cidade de Uruguaiana. Toda essa área era dominada por chefes da mais alta categoria, como caudilhos locais, grandes combatentes de cavalaria principalmente, como Davi Canabarro, como Antônio Neto, como um Bento Gonçalves e um Bento Manoel Ribeiro.

Caxias, que utilizara no Maranhão a arma, já ao final da sua campanha, de jogar alguns chefetes revolucionários contra outros, levando à expressão de que agora a serpente via a sua cauda ser mordida pela própria boca, fez a mesma coisa no Rio Grande do Sul: aproximou-se de Bento Manoel, que para os gaúchos não é talvez a figura mais admirável na sua História local, mas, para nós, no todo nacional, é aquele diferente de Bento Gonçalves, curiosamente diferente, porque, enquanto Bento Gonçalves, o da predileção gaúcha, é o grande combatente que perde todas as batalhas, no entanto que mantém sempre a chama na mão, a bandeira da luta, Bento Ma-

noel nunca foi vencido, mas foi o homem que um dia saiu de suas hostes e partiu para as hostes contrárias e, posteriormente, fez o caminho reverso. É por isso que a História não o perdoa, porque ela não perdoa aqueles que, como os Calabares, mudam de posição e, mais tarde, ainda que tenham êxito na sua missão, serão marcados pelo julgamento severo do historiador e dos pósteros.

Caxias tinha aprendido uma grande lição em Minas Gerais. Escreveu para o Ministro da Guerra dizendo ter concluído que a revolta de Minas já poderia ter sido acabada há muito mais tempo, ou melhor, não teria crescido no vulto em que cresceu, se não houvesse as vinganças do Presidente legal da Província, que agora, aproveitando as tropas legais que chegavam e lhe davam força, passou a praticar mesquinhas e vinditas pessoais. Diante disso, Caxias disse ao Regente que esperava que aquela fosse a última missão que lhe foi dada de pacificar uma Província, se não lhe confiassem, paralelamente, o comando administrativo da Província.

E assim se fez: no Rio Grande do Sul, foi Presidente da Província e Comandante do Exército de Pacificação.

A guerra na pradaria gaúcha era diversa. Era uma reprodução da guerra de guerrilhas, um tropel — não propriamente aquela forma jocosa pela qual Ascenso Ferreira fala sobre os gaúchos, "na velocidade com que galopam", e pergunta depois para quê? Para nada, responde o poeta pernambucano, mas, ao contrário, o tropel que, por exemplo, fez com que Davi Canabarro recebesse a alcunha de um grande surpreendedor, porque era homem que surgia e desaparecia com a velocidade do raio e, entretanto, deixava a marca da sua passagem com desastres em relação às tropas que ele atacava. Surpreendia a quase todos, como surpreendeu a retaguarda de Caxias. E quando Caxias estava próximo de Uruguaiana, e supunha que estava no encalço de Davi Canabarro, este já havia entrado pelo Uruguai e saído lá no Jaguarão, atacado Bagé e liquidado a retaguarda de Caxias. Assim, Caxias aprendeu que tinha que lutar numa guerra extremamente móvel e compreendeu que, numa guerra móvel, o fundamental era o cavalo. Ao contrário de nós do Norte, ou do Nordeste, quando um caboclo ou um peão está montado no cavalo se considera montado: no Rio Grande do Sul, na campanha, para se considerar montado, é preciso não um, mas três cavalos, porque dois devem ter descanso enquanto o primeiro é ocupado.

Caxias também conseguiu, estrategicamente, impedir que Oribe e Rosas dessem apoio aos Farroupilhas, porque era uma guerra que não se acabava, como algumas guerras contemporâneas a que estamos assistindo no mundo atual. Por exemplo, a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã. Quando batidos, efetivos rebeldes encontravam lugares sagrados de acolhimento, ora na China, ora no Vietnã do Norte, nos dois casos que citei. Isso se dava precisamente na Revolução Farroupilha, porque uruguaios e argentinos estavam interessados em que o Império brasileiro se enfraquecesse. Daí vem a bela e grande resposta de Davi Canabarro a Rosas, o que lhe oferecera apoio militar. Os gaúchos aceitavam apoio logístico, compra de cavalo, troca de cavalo, até presente de cavalo. Mas, quando se falou que a primeira lança argentina poderia ser posta a serviço dos Farroupilhas contra as forças imperiais, a resposta de Davi Canabarro, conhecida em todo o Brasil, foi esta: "o primeiro soldado que atravessar a fronteira, com o seu sangue vai selar a paz que os Farroupilhas farão com as forças imperiais". É mais ou menos esta a resposta, porque não a tenho de cor textualmente.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS) — Citarei para V. Ex^a: "o sangue do primeiro invasor servirá para selar o pacto eterno de paz entre a República e o Império".

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Afonso Carvalho dá esta versão também, talvez com ligeira modificação da frase do Sr. Senador Daniel Krieger. O sentido preciso da frase era este: o sangue do primeiro soldado que atravessasse a fronteira serviria para selar a paz entre os Farroupilhas e os Imperiais.

Afinal, vem a Batalha de Poncho Verde e vem a Batalha de Porongos. Pela primeira vez Davi Canabarro é surpreendido. E de sur-

preendedor, ele se transforma em surpreendido, e perde a Batalha de Poncho Verde, como a de Porongos.

Mais uma batalha que perdeu, mas não perdia a guerra, porque continua, ao longo de todo o tempo, a inspirar seus companheiros.

O fato é que Bento Manoel, no combate de Poncho Verde, com apenas 1.600 homens, atacados, simultaneamente, por Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Antônio Neto, com 2.500 homens, resistiu, e talvez seja uma das mais belas páginas da História militar brasileira na luta entre a cavalaria e a infantaria, porque, enquanto os Farroupilhas, quase todos montados, assediavam essa ala, que estava separada da outra, comandada diretamente pelo Barão de Caxias, os outros sob o comando de Bento Manoel, fizeram um famoso quadrado na infantaria, e repeliram, nesse quadrado, as cargas sucessivas de cavalaria. À proporção que havia morto ambos os lados, os quadrados da infantaria continuavam resistentes. Até que, com desgosto profundo, Davi Canabarro deu a ordem de retirada, e tentou incursão sobre Alegrete, cidade que lhe ofereceu resistência e cidade que também não conquistou.

Finalmente, com a Batalha de Porongos, praticamente as forças Farroupilhas deixam de existir como unidade de manobra íntegra. Bento Gonçalves faz gestões para encontrar-se com Caxias. Com a maior discrição esse encontro é feito.

Conta Afonso de Carvalho que Bento Gonçalves pretende negociar com Caxias. Apresenta-lhe condições, tais como: anistia total; pagamentos dos débitos que a Província do Rio Grande tinha gerado com a guerra; o reconhecimento dos postos de oficiais do Exército rebelde no Exército Imperial; e, por fim, o perdão.

Caxias responde-lhe que não.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS) — Até o fato de Coronel. Os Generais Farroupilhas não aceitavam pertencer ao Exército Imperial.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Aceito o enriquecimento que me dá o nobre Senador Daniel Krieger, desse passo histórico.

Mas desde os meus tempos de Cadete, quando estudei História Militar, mais tarde ou antes disso, na biografia de Caxias pelo Padre Pinto, e mais tarde na biografia de Afonso de Carvalho, o que se declara — e não há registro na História, pois não houve ata do encontro entre Caxias e Bento Gonçalves — é de que as condições apresentadas por Bento Gonçalves eram as patentes de oficiais e não fazia restrição ao posto que cada um possuía.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS) — Mas esclareço a V. Ex.^a a História do meu Estado, eu também a conheço. Eles estabeleceram, dentre as condições, que se permanecesse no Exército até o posto de Coronel, o que os Generais não desejavam, e que — isso o mais extraordinário — os escravos que tinham servido no Exército Farroupilha fossem declarados livres.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Nobre Senador Daniel Krieger, longe de mim tentar sequer cometer a imprudência e, sobretudo, a suprema descortesia de discutir a História do Rio Grande com V. Ex.^a

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS) — Estou prestando esta informação porque o Rio Grande tem pelo Duque de Caxias a maior admiração, o maior apreço. Graças a grandeza do Duque de Caxias, a nossa história, do Sul, está integrada à unidade da Pátria.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sem dúvida. E veja V. Ex.^a o cuidado que eu tive: todo o instante que falei em Farroupilha, falei em República, mas não falei em separatismo. Falei em República, porque ela foi considerada a partir de Jaguarão.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS) — E ela condicionava a reintegração do País no Regime Republicano e a volta do Rio Grande do Sul à comunidade brasileira.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Agora, peço permissão a V. Ex.^a para ler, nesta página 151 do livro clássico de

Afonso de Carvalho, o que ele disse que foi o resultado a missão de Bento Gonçalves, e que, aliás, teria sido o resultado final de uma Ata assinada por Davi Canabarro, como General-Chefe do Exército Farroupilha, Antônio Netto e João Antônio Carmo, Comandante-de-Divisão, além de três Coronéis, 15 Tenentes-Coronéis e 10 Majores.

São as seguintes as condições pactuadas:

“Primeiro — Anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião;

Segundo — Isenção do serviço militar da Guarda Nacional para todos os indivíduos que tinham servido no Exército da Rebelião;

Terceiro — Gozarem os chefes rebeldes das honras dos seus postos;

Quarto — Pertencer os escravos que serviram como soldados da República ao Estado, que os indenizaria aos seus antigos senhores.”

Isto é o que está na Ata que eu, sem ter tido o privilégio de, como V. Ex.^a, ter nascido no Rio Grande do Sul, nela acreditei, porque me veio às mãos através do mais considerado historiador militar a respeito da vida de Caxias. Mas acolho com humildade e, ao mesmo tempo rejubilado, os apartes que V. Ex.^a me dá.

Do Rio Grande do Sul, Conde já, Caxias volta Senador pelo Rio Grande. E aí há algumas passagens interessantes que naturalmente não sei se serão objeto da apreciação do nobre Senador Dirceu Cardoso, mas me desculpe ele, se for, que eu antecipe esta parte: o Conde de Caxias, o General Caxias, já se tinha fixado em Osório com a sua maior lança, que seria depois a maior lança do Império, e escreve a Osório e pede-lhe, para total surpresa de Osório — confessa este numa carta à família — que quer ser Senador pelo Rio Grande do Sul. O homem que tinha chegado no Maranhão e tinha dito “Maranhenses, mais militar do que político, quero ignorar até o nome dos partidos que por desgraça existem entre vós”.

Agora, é o Conde que gostou da política do Rio Grande do Sul e pretende ser Senador. Pede a Osório que cabale. E ainda disse: cabale o que puder, só não deixe as praças votarem porque dirão que fui eu que impus às praças, como exército vitorioso, o meu voto, mas de cabo para cima, faça votar. E chegou ao Senado da República o Conde de Caxias, Brigadeiro, e, ao chegar tomou assento ao lado de um outro Senador, exatamente o seu pai. Eram dois Senadores. E diz a crônica política que, quando o pai defendia um projeto com vigor e Caxias estava contra, se retirava para dizer: “Retiro-me para não ter que votar contra meu pai”.

Do Paraguai, como se sabe, ele voltaria Senador outra vez, e agora entra o laço político do problema: a desvantagem da vida pública. Bem mais tarde esse homem chega aqui outra vez Senador e, nos debates no Plenário, ele já idoso, já alquebrado, já doente, ouve uma referência, que como comandante das forças brasileiras no Paraguai — aliás, as forças gerais, das alianças — ele abusara dos cofres públicos, porque trouxera seis cavalos, aos quais não tinha direito, para o Rio de Janeiro. E ele pede a palavra para dar a sua explicação: tinha direito, pela lei, a seis cavalos das suas montarias usuais; trouxe três, e seis bestas, tendo direito a doze. E mais ainda: porque não combatara cinco anos seguidos na Guerra do Paraguai, pagava do seu soldo este valor. Portanto, nada do cofre público lhe fora dado, mas ele seria dado, se durante cinco anos houvesse combatido no Paraguai. E por que não combateu no Paraguai os cinco anos? Porque tendo ele sentado numa dessas cadeiras como Senador e pertencendo a um partido, desde logo estando no poder partido liberal que lhe era contrário. Caxias que tinha sido general chamado para pacificar o Brasil, não foi reconhecido como o melhor general brasileiro para ser mandado para a Guerra que a Tríplice Aliança movia contra o Paraguai.

É fácil, hoje, sobretudo, apanhando desprevinida uma certa juventude nacional, ouvir as pessoas dizendo que o Brasil tem pequena mancha na Guerra que travou com o Paraguai, que seria uma mancha imperialista. Nada mais falso e nada mais infame.

Em todo o imenso Império brasileiro, nós tínhamos dezessete mil homens mobilizáveis em pouco tempo. Dezessete mil em todo o Império. Não estávamos preparados para a Guerra, não era intenção brasileira partir para a guerra, enquanto que Solano Lopez, no pequenino Paraguai, que hoje tem dois milhões de habitantes — no pequenino Paraguai daquela época — pôs em armas, imediatamente, oitenta mil homens que dispunham da artilharia mais pesada e de maior calibre que existia em toda a América do Sul. Este homem é, afinal, chamado quando a Guerra do Paraguai estagnara, quando aparecem aquelas frases, aquelas referências que, hoje, os políticos de certo modo glozam e que apareceram primeiro na boca do Marechal Castello Branco, quando ele falou em relação às *vivandeiras*, expressão que depois se repetiu através do Presidente Geisel, hoje, numa advertência. Eram justamente aquelas mulheres que seguiam os corpos de tropas para onde eles iam. E depois da grande batalha do Tuiuti, estagnado o grande Exército aliado, é Caxias que chega. Estava este Exército tão parado, tão sem moral e tão desativado, que a primeira providência que o já agora Marechal toma, é a de mandar plantar a forragem com que vai alimentar os seus cavalos. Portanto, ele tinha a noção exata de que ia durar no tempo o suficiente para que fosse plantada e colhida a forragem para os cavalos. Daí, ele faz a mais bela manobra de que se tem notícia em toda a História Militar Sul-americana, é a famosa manobra de alas que ele realiza porque em frente a Piquissiri havia uma posição inexpugnável: ao flanco esquerdo, uma imensa lagoa chamada Iporá, o flanco direito arimado no rio Paraguai e, uma angustura, pouco adiante de Humaitá. A defesa estava totalmente artilhada e podia deter exércitos continuamente em combate, porque seriam detidos e massacrados. Caxias faz um reconhecimento — ele em pessoa — junto com Osório. Verifica os pontos todos da defesa inimiga e não havia um só pelo qual ele pudesse penetrar. Regressa e determina a construção de uma estrada no Chaco, na lama, no lodo do chaco paraguaio, no outro lado, na outra margem do rio, na margem direita do rio Paraguai. Essa estrada foi construída 3 vezes por Argolo, pois a cada vez que era construída a lama se engolia. Na terceira vez é que a estrada conseguiu ser feita. Ele faz a rodada de tropas com o uso da Marinha, com Tamandaré já sendo um dos comandantes brilhantes dessa Marinha, e atravessa o rio e sai pela retaguarda paraguaia, que foi o que selou, definitivamente, a sorte de Lopez. Quando ele entra em Assunção, recusa-se a ir para o mato. Diz: "Não sou capitão do mato". Já havia as intrigas na Corte, já o Conde D'Eu queria posar de chefe militar e tomar o comando do Exército, que acabou tomando, porque o Duque de Caxias, adoecido e até certo ponto desalentado, regressa ao Rio de Janeiro. Regressou o mais brilhante dos generais brasileiros, aquele que nunca teve o sabor de uma derrota; e se é que o teve, em Minas Gerais, é duvidoso, porque em Minas, quando ele passa por Sabará e vai atacar Santa Luzia, a manobra de flanco, que ele sempre imaginou, a cargo de um dos seus irmãos, retardase e ele sofre o impacto de três mil armas contra apenas mil e duzentas dele: sustenta o combate das oito e meia da manhã às três da tarde.

Não sei se a História o protege, pelo menos a História oficial, o fato é que ele recua diante dos rebeldes mineiros. Conta a História que esse recuo foi estratégico, porque ele já percebera, antes dos próprios rebeldes, a chegada da tropa de flanco. Recuou, para que os *mineiros saíssem* das suas posições privilegiadas e viessem atacá-lo, tendo a impressão de que estavam em perseguição já. Em seguida, com "meia-volta, volver", contra-atacou, ao mesmo tempo que a ala fechava sobre o flanco esquerdo, e venceu. Nunca, portanto, foi derrotado.

Esse homem, mais tarde, sofre o impacto da morte de sua mulher, e foi coisa excepcional, uma vida inteira de ambos, uma vida total de Caxias, dedicada pelo afeto à sua chamada Aninha, com quem ele casara contra a vontade dos pais dela e a ela se manteve fiel até o último suspiro da sua vida. É este homem que mais tarde regressa à Corte e encontra apenas sua mulher e uns poucos amigos, no cais do Rio de Janeiro, para recebê-lo. O grande vitorioso da Guerra do Paraguai é o mesmo que se recolhe à sua vida privada, e que o

Imperador vai buscá-lo, outra vez, para dar-lhe a chefia do Governo e ter tempo de ir fazer as suas visitas culturais pela Europa, os passeios pelos museus, conhecido como ele era, inclusive até pela expressão de Marco Aurélio, como um rei e sábio, um Imperador sábio.

Mais tarde, o Duque de Caxias no Governo, recolhe-se à Fazenda Santa Mônica, no Rio de Janeiro. Nunca mais tivera alegria desde a morte de sua mulher, e morre cada dia um pouco mais. Exige, antes de morrer, no seu testamento, que só carregassem o seu féretro seis soldados, seis soldados rasos, apenas. O Exército em peso compareceu para o seu enterro, e seis soldados, três de Infantaria e três de Cavalaria, carregaram sobre seus ombros os restos daquele que foi o maior General em todos os tempos da História do Brasil e que, posso dizer, sem nenhuma concessão ou patriotismo barato, o mais admirável estrategista das Américas, porque a ele só se compara o General Lee, o General que, aqui, manobrava com sabor napoleônico. Desce ao túmulo, levando com ele não apenas o símbolo da espada, que fora garantidora da integridade nacional, mas o coração que já não pulsava, mas que enquanto pulsou imprimiu a esta Pátria o sentimento admirável de generosidade.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, que falará pelo Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Nossa História assinala, para nossos aplausos e culto, a eterna presença dos notáveis. Temos estadistas, heróis e mártires. Temos os que permanecerão, passem os séculos, pois deixaram uma mensagem que, através do culto, impregnou a consciência das gerações.

Os pró-homens, pelo que fizeram, continuam a distribuir aos cidadãos, ao longo dos tempos, um pouco das glórias que são nossas, são de todos, porque são da Pátria.

Entre eles, louvemos Caxias, a figura humana tutelar, que, insuperável como soldado, foi exemplar como cidadão.

E ao celebrarmos a grandeza de Caxias, sentimos-nos tocados por ela e impressionantemente próximos do herói que nos brasileiros deixou a inapagável força de seus edificantes exemplos e a mensagem sempre atual do cidadão prestante que, na tribuna parlamentar ou no Ministério, no Governo Provincial ou na Presidência do Conselho, foi inextinguível patriota, viril, valente e destemeroso na guerra e humano e generoso na paz.

Em rasgos de humanidade comovedora serenava os ânimos após a guerra, pacificava os espíritos, instaurava o reinado da paz. Sua grandeza não fulgiu, apenas, na bravura no campo de batalha, mas nas indulgentes provisões aos vencidos, na humildade dos que ajudam e salvam e perdoam o inimigo de ontem. Caxias sabia que unindo os irmãos desavindos estava afirmando e consolidando a unidade da Pátria.

O símbolo em que se transformou transcende Senhores Senadores, pois, o Exército de que é o augusto Patrono.

Nesta Casa, onde teve assento, ao lado do preclaro genitor, deu admirável exemplo de grandeza, em gestos de humildade sem alarde e, por isso mesmo, autêntica.

Na plenitude da glória, ofereceu-nos uma das mais notáveis páginas de nossa História Parlamentar. Na tribuna, alheio à fama, à reverência da Nação, ao juízo definitivo de todos, em sua conduta ilibada de homem público, olvidou a postura inatingível e sobranceira dos heróis, e ergueu por muito tempo o verbo em defesa da honra que a calúnia em vão pretendia atingir.

A louvação a Caxias foi feita nesta tarde por dois grandes oradores de nossa Casa, o sempre celebrado Jarbas Passarinho e esse ardoroso capixaba Dirceu Cardoso. Por determinação regimental, não cabe ao Presidente dizer senão breves palavras.

e 200 mil toneladas, para agora, novamente, sem uma explicação nem confirmação oficial, digamos assim, reduzir a produção de aços não-planos da Siderúrgica Mendes Júnior à metade. E outra contradição, Senador Evelásio Vieira — permita-me o alongamento do aparte: as usinas estatais estão produzindo aços planos, como o caso de Volta Redonda, já com o seu aspecto físico quase impossibilitado de expansão; a ACOMINAS passa a aplicar também no setor de não-planos — uma indústria privada no setor de não-planos, quando, por certo, poderíamos ter jogado a ACOMINAS no setor de planos, que o Brasil também importa. Era a contribuição que desejava prestar a V. Ex^a, trazendo, mais uma vez, o meu aplauso ao pronunciamento, sempre coerente, sempre técnico, sempre estudado, do prezado Senador por Santa Catarina.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Não há comentário nenhum de nossa parte em relação às considerações de V. Ex^a, que são precisas e fortalecem a análise que fazemos a respeito do II PND.

O Sr. Cunha Lima (MDB — PB) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Cunha Lima, da Paraíba.

O Sr. Cunha Lima (MDB — PB) — Nobre Senador, logo ao início do seu pronunciamento, quis interferir. Dado o decurso de suas palavras, com tanta proficiência aqui expendidas, sobre a problemática econômica brasileira, retorno neste instante ao início de sua oração, para externar minha apreensão, quando V. Ex^a referiu que a dívida externa do Brasil é de 40 bilhões. Sabemos que, na atualidade, despendemos 65% das nossas exportações somente para pagar somas (juros e amortizações) e que a nossa cota de exportação atinge a oito ou dez milhões de dólares. Assim, neste momento, em solidariedade a V. Ex^a, temos esta apreensão: quando poderemos pagar as nossas dívidas externas? Quando poderemos ter saldos positivos na nossa balança de pagamentos, se, repito, 65% das nossas exportações são absorvidas em amortizações de serviços e é sabido que a nossa importação é apenas de 8 a 10 milhões de cruzeiros? Esta, a nossa apreensão. Aqui fica a nossa solidariedade ao discurso proficiente de V. Ex^a nesta tarde.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Em relação à dívida externa, veja V. Ex^a, quando o Marechal Castello Branco assumiu a Presidência da República e encontrou o País com um dívida de 3 bilhões e 500 milhões de dólares, manifestou publicamente a sua apreensão, a sua intranquilidade, porque reconhecia que estávamos, com aquela dívida, em vias de solicitar moratória. A dívida foi crescendo, e os últimos governos federais estabeleceram uma política econômica voltada para o mercado externo, provocando uma larga abertura, sem termos condições. Veja V. Ex^a que procuramos dar um desenvolvimento industrial aos produtos sofisticados. Não possuindo nosso País uma tecnologia desenvolvida neste campo, nossas empresas tiveram que recorrer a importação de máquinas e equipamentos, enfim, buscar tecnologia externa. Houve aumento do endividamento externo, em razão dessas importações. Procurou o Governo estabelecer um programa, um elenco de grandes obras, sem ter condições de realizá-las, em razão de carência de recursos financeiros.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — A Ferrovia do Aço.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Foi a Ferrovia do Aço, Tucuruí, Itaipu, Perimetral Norte, Rodovia dos Imigrantes, enfim, uma série de obras grandiosas para um País pobre, sem condições de arcar com tais empreendimentos. E exatamente estamos analisando esses projetos grandiosos, alguns desativados, outros em andamento, mas distantes das metas preconizadas, anunciadas pelo Governo.

Sr. Presidente, o atraso no Programa Siderúrgico é evidente, a par de ser mal distribuída a produção do setor, destina, como tem

sido, à elaboração de bens de consumo, fora, na maior parte das vezes, das possibilidades de parcela ponderável da nossa população.

Um outro Programa, também essencial ao País, relativo à indústria de metais não-ferrosos, muito embora lançado em 29 de janeiro de 1975, em muito pouco reduziu a dependência do País ao exterior.

Segundo o Relatório do Banco Central de 1978, recentemente divulgado, as importações brasileiras desses metais atingiram, em 1977, um total de 510 milhões de dólares. Só com cobre o País dispendeu um total de 266 milhões de dólares.

Em relação ao cobre, e com espanto, verificamos que o II PND previu, para o quinquênio 1975-1979, um aumento da produção nacional em torno de 500 por cento.

Uma outra defasagem pode ser verificada também no Programa Nacional de Papel e Celulose, cujo grau de realização tem sido insuficiente para realizar a redução de gastos com importações, as quais atingiram a 193 milhões de dólares em 1978, segundo o Relatório do Banco Central do Brasil.

Especial referência cabe, Senhor Presidente, no que respeita a insumos básicos, às matérias-primas para a indústria farmacêutica. O II PND estabeleceu que seria implementado um plano especial para o setor, em relação ao qual aguardamos as necessárias providências, porquanto nunca é demais encarecer certos traços de calamidade, em termos de saúde, em determinadas áreas do nosso território.

Um outro Programa também suscita preocupações, o de fertilizantes, pois as importações desses produtos, em 1977, segundo ainda o último relatório do Banco Central do Brasil, atingiram a 303 milhões de dólares.

Esse gasto, bastante elevado por sinal, correspondeu a um valor 49,3% maior que o do ano anterior, de 1976, enquanto o volume importado desses insumos agrícolas elevava-se em 33,6%, em comparação com o mesmo ano-base citado. Reside, aí, uma das razões das nossas importações constantes de feijão, de leite, de alho, de cebola, de milho, de óleo de soja, agora, porque não houve planejamento na estocagem do soja em grão. Exportou-se, e agora, há falta para o consumo interno. Temos que comprar de outros países o óleo de soja. Temos que comprar quase tudo para alimentação dos brasileiros.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — É apenas para lembrar, quando V. Ex^a fala na importação de fertilizantes, as jazidas de Patos de Minas.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É outro caso.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Quando V. Ex^a lembra, então, a importação de alimentos, ao que já estamos nos acostumando, ainda há poucos dias eu lembrava aqui o alpiste italiano. Importamos a cebola chilena, a batata inglesa, e por aí afora poderíamos citar vários alimentos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — A pipoca americana.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a, então, neste seu pronunciamento, chama a atenção, mais uma vez, do Governo, para esses aspectos negativos da nossa economia.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado.

De modo geral, Sr. Presidente, a maior parte dos objetivos programados pelo País não têm sido alcançados, no que respeita aos programas globais. Mas é em relação a determinados projetos isolados que a situação apresenta características bem mais graves.

O Projeto Carajás representou antes de tudo uma controvérsia.

Como pano de fundo do investimento foram discutidas, e intensamente, as opções de transporte para o minério. O sócio estrangeiro, e também interessado, ao que se dizia, na opção ferroviária, a

United States Steel, abandonou o projeto, mas antes negociou a sua participação. Ao que se sabe a empresa norte-americana receberia 50 milhões de dólares de indenização. Não temos informação se foi paga, e quando isso ocorreu.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — É uma informação importante, Excelência. Será que ela recebeu ou não essa importância?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É o que estamos, inclusive, indagando, para que os homens do Governo prestem esclarecimentos a esta Nação.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Na continuidade da sua manifestação V. Ex^a está abordando pontos importantes. Agora acaba de abordar outro: o problema de Carajás. Carajás é a segunda etapa da Cia. Vale do Rio Doce que estava associada a United States Steel, como V. Ex^a denunciou. Essa empresa abandonou a Cia. Vale do Rio Doce que, a duras penas, pretende terminar, dentro de um ou dois anos, os primeiros 82 km de estrada de ferro para escoar o ferro de Carajás, depois que a Estrada de Ferro Vitória—Minas não suportar mais os 60 milhões de toneladas que estão previstas para serem transportadas por aquela ferrovia. Partir-se-á, naturalmente, para Carajás. É a sequência natural da Cia. Vale do Rio Doce e do nosso minério. V. Ex^a situa muito bem o problema de Carajás em face da problemática siderúrgica brasileira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado, nobre Senador.

Esse projeto, segundo palestra do Dr. Raymundo Pereira Mascarenhas, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em agosto de 1973, representaria um investimento de 2,4 bilhões de dólares até o ano de 1984, a partir de quando atingiria condições de exportar 45 milhões de toneladas de minério de ferro anualmente.

Em maio de 1977, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em três matérias diversas, apresentava três estimativas de custo para o projeto, se bem que aproximadas. A primeira, de 3,5 bilhões de dólares, a imediatamente superior, de 4,2 bilhões e a última de 4 bilhões de dólares.

Por fim, no início de 1978, Sr. Presidente, o Conselho de Desenvolvimento Econômico decidiu adiar a execução do Projeto Carajás.

Mas afinal — resta a pergunta — qual o custo estimado dessa obra se fosse, de fato, iniciada em 1978? Seria o caso de incluir na indagação também o projeto da Usina Siderúrgica de Itaquí. Esta, segundo a Siderurgia Brasileira S/A — SIDERBRÁS, fora estimada em 3 bilhões de dólares na escala de viabilização de uma produção de 7 milhões de toneladas/ano de aço líquido. Já em 1976, meados do ano, o sócio japonês a Nippon Steel, alegando falta de recursos, desistiu do projeto, que poderia produzir 16 milhões de toneladas de aço ao ano, ou seja, mais do que a produção brasileira atual desse produto.

No campo energético encontramos também uma grande distância entre as perspectivas do País e as soluções apresentadas.

Contamos com um Programa Nacional do Alcool, cujos principais problemas tecnológicos estão superados, faltando apenas, para levá-lo ao bom termo, a decisão política. Essa tarda e já se fala em desaceleração. É o que está no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 23 de julho último — *O PROÁLCOOL pode ser desacelerado*. Quem garantiu isso, segundo o jornal paulista, foi o Presidente da Comissão Nacional do Alcool e Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, Lycio de Faria. A dúvida desse representante oficial está relacionada à questão dos níveis de mistura do álcool à gasolina sem necessidade de adaptação de motores, porquanto o Presidente da Comissão Nacional do Alcool não sabe — como reconheceu, segundo *O Estado de S. Paulo* — “até que ponto” a indústria automobilística

estaria disposta a se engajar efetivamente na alternativa energética experimentada pelo País.

Talvez seja preferível continuarmos a dispendar os 3,813 milhões de dólares anuais com importações de petróleo e derivados, quase 4 bilhões de dólares, só para agradar os países exportadores de petróleo e as suas interligações financeiras internacionais.

E o que dizer da Ferrovia do Aço? Em artigo escrito para o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 15 de abril de 1977, J.C. de Macedo Soares Guimarães argumentava sobre esse projeto da seguinte maneira:

“A Ferrovia do Aço é exemplo frisante do descalabro da administração atual dos transportes no Brasil, da incompetência generalizada em quase todos os setores. Gastaram-se bilhões de cruzeiros, que foram perdidos por providências inadequadas, projetos mal concebidos, administração pública errada.”

Sr. Presidente, a situação é grave.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — É só para recordar, mais uma vez, à Casa, que essa Ferrovia do Aço foi prometida, Senador Evelásio Vieira, para mil dias e aqui, quando ela se iniciou, a Oposição chamou a atenção do Governo para uma obra que seria começada sem o mínimo planejamento e, pior ainda, sem o projeto definitivo da obra.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Essa Ferrovia é o símbolo máximo da falta de planejamento das obras do Governo Federal.

Só a Rede Ferroviária Federal, ao que nos consta (ver *O Estado de S. Paulo*, de 9 de julho de 1978 — Rede Ferroviária Federal: déficit deverá ser de 10,2 bilhões), terá de pagar, entre juros e amortizações, entre 1979 e 1985, um total de 57 bilhões de cruzeiros.

A situação da empresa é a seguinte:

“Já no corrente ano, de um orçamento de investimentos de Cr\$ 14 bilhões, cerca de Cr\$ 11 bilhões são provenientes de empréstimos internos e externos. Para se ter uma idéia do que representam os empréstimos e financiamentos para a Rede, só este ano ela pagará Cr\$ 10,4 bilhões em juros e amortizações.”

Desse jeito não há quem agüente. O malabarismo financeiro também tem o seu ponto de esgotamento. E olha que a Rede praticamente paralisou os seus investimentos.

Esta parece ser a situação que se generaliza. Onde são realizados investimentos, crescem as dívidas, e muitas das vezes esses investimentos, sem obedecer a uma criteriosa seleção de prioridades, são perdidos, como o caso de Carajás, Ferrovia do Aço e Perimetral Norte e outros.

Ao invés de serem realizados investimentos em obras realmente prioritárias, de porte adequado às condições do País, sem recorrermos demasiadamente aos financiamentos externos, o que presenciamos é o contrário, pensar em investir é pensar em dois níveis — no grandioso e no apoio externo.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a outro aparte? (Assentimento do orador.) Vou dar um exemplo, se V. Ex^a me permitir, nesse aspecto ainda do setor ferroviário. Veja V. Ex^a que quando se pensou e se prometeu a construção da chamada Ferrovia do Aço, a antiga linha centro da Central do Brasil, hoje pertencente à Rede Ferroviária Federal, era praticamente ocupada com o transporte de minério e o trem de passageiros chamado trem de passageiros Vera Cruz, que servia ao Rio de Janeiro e à Capital do meu Estado, Belo Horizonte, foi retirado exatamente para o trans-

porte de minério. A imprevidência foi tão grande que a linha centro, que poderia ser recuperada para o transporte de carga e de passageiros, permaneceu esquecida, face à pretensa construção da Ferrovia do Aço.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Isso sem se falar nos vários trajetos, nas várias linhas com bitolas distintas, criando dificuldades para um transporte, um escoamento mais rápido neste País.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Isso nem para dizer, Ex^a, o absurdo, já lembrado aqui também, que o frete dos Estados Unidos da América ao Porto de Santos é mais barato que o frete de Uberaba a São Paulo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Assim, Sr. Presidente, andamos nas nuvens e de bolsos vazios e quando necessitamos realizar realmente ações e obras prioritárias, no campo econômico e social, ficamos amarrados a compromissos, nem sempre claros e explícitos, que dificultam o progresso do País.

Esperamos que tenhamos, muito brevemente, os necessários esclarecimentos, em especial sobre o custo de todos os grandes projetos brasileiros, paralisados e em andamento, para que se possa, à vista desses dados, discutir e sugerir providências, mas que sejam viáveis e com certa dose de humildade, pois para quem sobe muito alto a queda é muito maior.

Mas, Sr. Presidente, acho que cometo um erro em querer do Governo a realização desses grandes planos, se o Governo não resolve nem os problemas dos biomédicos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Apenas para solicitar a V. Ex^a o seguinte: há muitos e muitos dias o Senado tenta votar o requerimento do nobre Líder Paulo Brossard — "Requerimento nº 176, de 1978, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1977, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências".

Sr. Presidente, apenas para lembrar ao Senado que estamos assistindo a um espetáculo — por que não dizer — deprimente, dos jovens, através dos corredores do Congresso Nacional, para lembrar respeitosamente a V. Ex^a que a Aliança Renovadora Nacional tem maioria nesta Casa e já poderia ter aprovado este requerimento.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com prazer.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — V. Ex^a lembra muito bem. Os biomédicos, que estão nesta Casa há vários dias, deslocados de suas residências, de suas universidades, de suas escolas, estão aqui esperando por um dia que vai tardar muito, depois que o Governo enganou a todos, porque se se admitiu, na organização universitária, o biomédico, a *latere* do estudante de Medicina, é porque deviam ter pensado na estruturação dessa carreira. Agora vemos, para a legislação que temos em vista, os biomédicos à espera de outras especialidades que não foram contempladas. Ora, o biomédico já está há 4 ou 5 anos à espera, já cursou as universidades do Governo — enganados pelo Governo, por soluções procrastinadas pelo Governo e agora têm que esperar os outros que não trataram da legalização de sua carreira. Isto é outra injustiça. Sr. Presidente, nobre Senador, já estamos habituados a isso aqui nesta Casa, V. Ex^a sabe, como no caso da Lei do Inquilinato e outras tantas. Já nos estamos acostumados com a procrastinação através da retirada maciça da ARENA do

plenário. E é isto que estamos vendo e ainda estamos querendo eleições.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Senador Dirceu Cardoso, V. Ex^a tem razão, mas vamos torcer para que haja eleições, para que elas existam neste País. V. Ex^a tem toda a razão. Exatamente dentro da argumentação de V. Ex^a, mais sério ainda foi o espetáculo a que assistimos ontem e que vamos na segunda-feira trazer ao conhecimento do Plenário, aquele espetáculo triste da Comissão Mista que tratou da Emenda Franco Montoro, quando, se infringiu violentamente o Regimento Interno da Casa.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Mas esse espetáculo triste a que nós estamos a assistir é exatamente por falta de eleições, porque muitos políticos pertencentes ao Partido do Governo não precisam prestar contas ao povo, pois são eleitos de forma bônica para esta Casa, são designados governadores de Estado, os Presidentes da República se sucedem sem o conhecimento e a participação do povo. Se houvesse eleições, em todos os graus, nós não teríamos esta tristeza. Está aí o Partido do Governo sem nenhum elemento em plenário, nem para tentar contradizer a Oposição.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado pela intervenção de V. Ex^a, Senador Evelásio Vieira. O espetáculo é este: o Partido do Governo não comparece mais às sessões do Plenário. O Partido do Governo não responde mais à Oposição nas suas interpelações. E às vezes, Sr. Presidente, o que é muito pior, é o próprio Executivo que deixa de responder às interpelações da Oposição, como recentemente aconteceu com um requerimento que fiz em abril à PETROBRÁS e essa entidade não respondeu.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Hoje é um dia destinado a se assinalar o Dia do Soldado. Pois bem, eu havia dito ali que se não houvesse o *quorum* regimental para abertura da sessão, embora como orador da solenidade, iria requerer o seu encerramento. Nós, do MDB, precisamos fixar esta orientação e não perdamos mais isso; daqui para a frente, não havendo número, precisamos pedir a suspensão da sessão. Assim, talvez, a ARENA venha para o plenário para, pelo menos, manter o fogo sagrado da sua presença.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, Senador Dirceu Cardoso.

Sr. Presidente, aqui fica, então, o nosso apelo, que dirijo a V. Ex^a, ao Senador Petrônio Portella e ao nobre Líder Senador Jarbas Passarinho, para que, na segunda-feira, o Governo permita, pelo menos, a votação do requerimento do nobre Líder Paulo Brossard. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No meu gabinete, ouvi parte do discurso do Senador Itamar Franco, sobretudo o habitual e veemente aparte do Senador Dirceu Cardoso.

Acho que os meus dois colegas foram injustos para com o Governo e gostaria de explicar o porquê. Como me dirijo a homens de alta qualificação, não só intelectual como moral, estou certo de que, dando as explicações que vou dar, provavelmente, elas terão acolhida.

Ouvi quando o nobre Senador Itamar Franco mostrava que nós já poderíamos ter, há muito tempo, aprovado o requerimento de urgência da lavra do Senador Paulo Brossard, e não o fizemos, provavelmente, por desinteresse. Então, o nobre Senador Dirceu Cardoso acrescentou que isso provava a falta de zelo do Governo, ou algo nestes termos, que estou interpretando, uma vez que hoje tenho de ter cuidado para não citar textualmente palavras.

Ora Sr. Presidente, este projeto que tramita há algum tempo pela Câmara dos Deputados, foi de iniciativa, como todos sabem, do próprio Governo. Começou pela Câmara dos Deputados e não encontrou resistência durante o período em que por lá tramitou. Vale dizer que, em se pretendendo regulamentar a profissão de biomédico, uma vez publicado pela imprensa, que dá notícias dos andamentos dos projetos na Casa, não houve, por parte de outras categorias ou classes, protestos ou manifestações de desgosto. Porém, quando o projeto chegou, ao Senado, no ano passado, o Líder do Governo, com o qual ele tem de ter contatos permanentes, foi informado que este último Governo estava recebendo solicitações de audiências, nas quais havia manifestações até de frontal desacordo com o texto do projeto. Que fez o Governo? Longe de caracterizar qualquer falta de zelo ou interesse, pediu ao Líder que, por algum tempo, fizesse com que o projeto continuasse em tramitação, para que o Governo pudesse receber, da parte dos interessados, a manifestação concreta do desgosto, ou seja, a consubstanciação desse desacordo em um documento. As partes ofereceram essas informações, e o Ministro — Chefe da Casa Civil — encaminhou todos esses documentos a três ministérios, eis que o assunto se refere a três: Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura. Esses ministérios estudaram o assunto de *per si* e, posteriormente, constituíram uma comissão conjunta, que produziu um documento, o qual só chegou às minhas mãos ontem, no exercício eventual da Liderança.

O problema não é de fácil solução, Sr. Presidente. Eu convocaria a Bancada do MDB se ela quisesse se dignar a sentar-se comigo agora, tão pronto chegamos ao final desta sessão. Se ela conseguir dar-me a fórmula salvadora, eu assumo o compromisso de que agora mesmo, me dirigirei ao Presidente da Casa para dar-lhe essa fórmula salvadora. Será estranho que me dê, porque ouvi todas as partes interessadas. O que acontece, Sr. Presidente, é que há um frontal conflito, sobretudo entre o ponto de vista dos biomédicos e o ponto de vista dos biólogos. Daí aparece um fato no qual não quero tocar...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Com prazer.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a pede à Oposição que, juntamente com V. Ex^a — e eu sou testemunha do seu esforço, agora, na Liderança — mas, V. Ex^a pede a colaboração da Oposição. Eu entendi como colaboração?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — É, eu posso dizer, e digo...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Mas, é um "ê" tão desanimado!

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu disse é, porque poderia haver alguma dúvida que fosse neste sentido. Eu disse um "ê" cansado.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Realmente, V. Ex^a veio do seu gabinete e está um pouco cansado.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não é só por isso, não, nobre Senador. Há outras razões.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a é um dos poucos Senadores do Governo que se tem interessado, mais de perto, pelo problema. Particularmente, sou

testemunha do desejo de V. Ex^a Convoca V. Ex^a a Oposição para isso. Mas acaba de dizer que esse projeto chegou ao Senado no ano passado. Verdade? Vámos, assim, só por uma ordem cronológica.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Exato.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Que o Governo, através de três Ministérios, está estudando o problema. E, nós, já estamos no mês de agosto. Se V. Ex^a quiser realmente, se o Governo aceitar e se V. Ex^a assumir o compromisso de que o Governo aceita as ponderações da Oposição, neste projeto, desde já, a partir deste instante, V. Ex^a terá a colaboração da Oposição, para que uma solução seja encontrada.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Um homem franco, como é o natural de V. Ex^a, às vezes comete imprudências de ir além dos limites em que nós nos colocamos.

Eu, por exemplo, não cheguei a assumir o compromisso de que o Governo aceitaria; eu disse que eu aceitaria que V. Ex^as, comigo, estudassem o projeto.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Foi isso que eu estralei, Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Mas, V. Ex^a colocou no condicional. Só aceitaria se...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Eu teria que colocar no condicional porque, por exemplo, sei o ponto de vista de V. Ex^a em vários aspectos da política nacional, e V. Ex^a tem que obedecer à orientação do seu Governo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sei que V. Ex^a não vai querer perder tempo, comigo, inutilmente. Só vai querer discutir se houver uma garantia.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, perder tempo com V. Ex^a é sempre um prazer.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Muito obrigado.

Então, é este o fato, e eu citei mais, porque não quis falar, assim, de uma maneira um pouco mais agressiva.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não é a linguagem de V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Posso informar a V. Ex^a que, se nós sentássemos, hoje, também não conseguiríamos um resultado.

Peço a V. Ex^a que me dê a mercê desse julgamento, em que V. Ex^a é muito generoso em relação a mim, acredite que, houvesse havido o menor vislumbre de reduzir a um denominador comum as aspirações dos dois grupos, que aliás são quatro, — eu já citarei a V. Ex^a — já teríamos chegado nesta semana que se está encerrando hoje, a uma solução.

O que há, nobre Senador Itamar Franco, é um conflito frontal. Por exemplo, uma parte da bancada de V. Ex^a manifestou-se aqui, em dias passados, contrária até ao pedido de requerimento de urgência do nobre Senador Paulo Brossard.

Nós estávamos nesta Casa quando o Senador Benjamim Farah fez um apelo ao Senador Paulo Brossard, — sem dar-lhe o nome, disse um apelo ao autor do requerimento — para que ele retirasse o requerimento de urgência.

Veja V. Ex^a, eu tenho dito que V. Ex^a é um homem com profundo senso pessoal de responsabilidade; sei que V. Ex^a terá sua disciplina partidária, mas sei também que, como eu, fala em alguns assuntos até o limite de sua responsabilidade pessoal.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Por isso fiz justiça a V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — E nessa justiça V. Ex^a me deixou um pouco em dificuldade, porque tenho

que aceitá-la em parte, quando V. Ex^a disse: é um dos poucos Senadores...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, nesse caso, eu poderia ter dito no geral, mas, preferi particularizar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu preferia ser poupado.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, V. Ex^a não deve ser poupado nesta hora.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Muito obrigado. Então, a nossa primeira conclusão seria esta: faltou ao Governo interesse? Teve o Governo desinteresse? Abandonou a causa? Não. Absolutamente não.

O Governo, ao contrário, prudentemente achou que a partir do momento em que, talvez um pouco serodidamente, alguns se apresentaram para apresentar protestos, esses deviam ser recebidos para serem analisados.

Quanto a levar mais tempo ou menos tempo, o nobre Senador Itamar Franco é, aqui, um homem angustiado com esse tempo, como eu sou e como outros são. Mas, sabemos que, infelizmente, o próprio mecanismo do Executivo não fica só voltado para um problema de urgência; ele tem vários problemas relacionados. Então, a questão é difícil: na medida em que ela se remete ao conteúdo curricular, que dá habilitação — e todo o problema está aí, creia V. Ex^a — ao exercício de análises clínicas e bromatológicas.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Concede-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a que mais uma vez eu o interrompa?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Concederei, primeiramente, o aparte ao nobre Senador Itamar Franco, porque nós, aqui, sempre damos prioridade à Oposição, menos na eleição. E, logo após, ouvirei, com o maior prazer, o nobre Senador Otto Lehmann.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Lamento que V. Ex^a Senador Jarbas Passarinho, não seja o Presidente da República, para que isso acontecesse sempre à Nação.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Aí não seria possível...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Mas, nobre Senador Jarbas Passarinho, o que se estranha é que V. Ex^a entende o problema e sabe que há realmente, um choque frontal que bem caracteriza o pronunciamento do ilustre Senador pelo Pará. Mas há aqueles que não entendem o mecanismo do Congresso Nacional, e ainda, aqueles que realmente pensam que nós, do Congresso Nacional, e sobretudo nós do Senado, estamos deixando a matéria correr sem o devido interesse, e que o Executivo cumpriu a sua obrigação. Já estamos acostumados a isso, nobre Senador. Permita-me até, desviando um pouco do assunto, lembrar a V. Ex^a, por exemplo, a Lei do Inquilinato. Eu mesmo tenho um projeto parado na Câmara dos Deputados há cerca de dois anos.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Também tenho um projeto, de minha autoria, sobre surdos.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Exatamente, V. Ex^a tem esse projeto que é da maior importância.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Mas, isso é um pouco fatal na vida ...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Precisamos reagir contra isso, é exatamente a manifestação. Sei também do pensamento de V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Como já disse, V. Ex^a é um angustiado em relação a isso.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — E V. Ex^a também o é.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Também o sou. Gostaria de ouvir, agora, o ilustre Senador Otto Lehmann.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Pedi o aparte porque V. Ex^a declarou que ouviu o início do discurso do eminente Senador Itamar Franco. Eu apenas ouvi o final. Entrei por acaso, porque estava numa conferência, na sala do Senador Daniel Krieger, e vi que S. Ex^a fazia um apelo à ARENA, para que, na segunda-feira, desse número a fim de que a matéria pudesse ser votada. Então, deparei que S. Ex^a estava acusando a nós como os responsáveis pela falta de *quorum* ocorrida hoje, e fui verificar. A culpa pode ser que exista, mas existe de ambos os lados, porque, até cinco minutos atrás, havia apenas sete Senadores do MDB na Casa. Entendi isso. E, se entendi mal, peço desculpas ao Senador Itamar Franco. Já que S. Ex^a fez esse apelo, para que a ARENA compareça na segunda-feira, gostaria que o fizesse de maneira geral, para que ambos os Partidos compareçam.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a outra interrupção, Senador Jarbas Passarinho? (assentimento do orador.) — Não quero fazer um exercício da Aritmética para o meu nobre Senador Otto Lehmann, porque, evidentemente, somos sete Senadores em vinte, e não faria o exercício de Aritmética em quarenta e cinco Senadores da ARENA, com a presença de apenas dois.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Mas, somos vinte e três!

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — S. Ex^a, por certo, poderia ver o aspecto proporcional e verificar. De qualquer forma, eu preferiria ...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Se V. Ex^as me permitem, vamos sair dos caminhos vicinais e partir para o fundamental do problema.

A observação do Senador Otto Lehmann, em parte, pode ser combatida, como V. Ex^a está fazendo, mas, em outra parte, é sustentável. Porque V. Ex^a também há de compreender que os interesses de dois terços desta Casa, hoje, são pela reeleição, em regra. Desses dois terços, somos a imensa maioria. Então, proporcionalmente, estamos mais agravados pela questão das eleições do que o próprio MDB.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Há 23 Senadores da ARENA na Casa.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite um outro aparte? (Assentimento do orador.) — Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a que é um homem muito hábil, muito inteligente, se esquece de que são os Líderes que votam. Se V. Ex^a, hoje, sentado naquela cadeira, Líder de fato, como tem sido nessas últimas semanas, aprovasse o requerimento, esse requerimento seria aprovado. Porque veja V. Ex^a que nós, da Oposição, não pediríamos verificação de *quorum*, pois, lamentavelmente, esse processo existe: são os Líderes que votam.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Este é o momento importante para dar uma explicação.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Esse é o momento importante.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sr. Presidente, poderia V. Ex^a confirmar, por favor, o que disse ou se estou equivocado em relação à lista de presença.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Gostaria mesmo que V. Ex^a me esclarecesse sobre isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Acusava a lista de presença, até a hora em que entramos na Ordem do Dia, trinta Srs. Senadores na Casa. Ora, se eram 30 Srs. Senadores na Casa, mesmo que não pedíssemos verificação de *quorum* no Plenário, esbarraríamos numa dificuldade insuperável, que era dar como aprovado um projeto, por *quorum*, e esse projeto não ter contado

com a presença de trinta e quatro Senadores na Casa, não era no plenário. Amanhã, estaríamos desmoralizados, porque se diria que vários outros projetos poderiam ter sido aprovados da mesma maneira, sem que uma atitude atenta, por exemplo, da Oposição pudesse ter impedido isso. Disto eu informei ao nobre Senador Franco Montoro. Pedi ao Senador Helvídio Nunes, que é o encarregado da Ordem do Dia, que fizesse a aprovação do requerimento hoje, iríamos aprovar hoje o requerimento de urgência, contra a vontade de uma parcela da bancada do MDB. Porque o projeto é do Líder do MDB, mas uma parcela chegou a pedir a S. Ex^a que retirasse o projeto; a outra parcela apóia, embora dizendo que pediu o requerimento de urgência, mas para derrotar o projeto em Plenário, o que é um pouco estranho, um pouco paradoxal, nas normas de trabalho aqui realizadas.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Parte V. Ex^a da argumentação de hoje, e solicita à Mesa a presença, na Casa, de 30 Srs. Senadores.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu perguntei se o número estava certo.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Perguntaria V. Ex^a, ontem, anteontem, trasanteontem, e por aí afora, quantos Senadores tínhamos na Casa para aprovar, através dos Líderes, esse requerimento? E V. Ex^a, Senador Jarbas Passarinho, não disse ao Senador Franco Montoro, mas comunicou a mim que, realmente, na Casa, só existiam 30 Senadores. Talvez, porque V. Ex^a esteja preocupado com o Senador Franco Montoro ...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não. Estou agradado com a franqueza de V. Ex^a de ainda há pouco, e, agora, acrescente o Senador Montoro, que não tinha nada com isso.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — É que a Emenda do Senador Franco Montoro perturba, realmente, os ares da ARENA.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não perturba. Ela é uma emenda inócua, e não perturba em nada; é inteiramente destinada a cair no vazio. Mas, não vamos discutir isso.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, não vamos. Apenas para corrigir V. Ex^a, porque quero ser honesto. V. Ex^a comunicou a mim que realmente na Casa havia apenas 30 Srs. Senadores.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sr. Presidente, não vou discutir se, no passado, já houve ou não houve, porque praça aos céus que não tenha havido, praça aos céus que quando nós, aqui, por voto de Líderes, tenhamos votado e aprovado mesmo em acordo com os dois Partidos, se houvesse o respaldo da presença legal de 34 Srs. Senadores no mínimo...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Mas, isso é hoje. Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Porque há duas semanas que respondo pela Liderança e não se aprova um projeto.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Mas, por que Ex^a?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não se aprova porque não há *quorum*. No único dia que houve *quorum*, — em quinze dias houve *quorum* em apenas um dia — não soubemos tirar partido, no momento oportuno.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não se aprovou ontem nem anteontem, porque o Líder não quis. O Líder, ontem, votou, e V. Ex^a vai me permitir o seguinte. Quero recordar e solicitar, então,

à Presidência da Casa se ontem foi colocado ou não em votação o Requerimento do nobre Líder Paulo Brossard, e se a Aliança Renovadora Nacional, através do Líder presente, que não era o Senador Jarbas Passarinho, votou a favor ou contra o Requerimento. Gostaria que V. Ex^a solicitasse essa informação da Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não podemos estar interpelando a Mesa...

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não estou interpelando, porque V. Ex^a disse que não se recorda se houve número, e ontem houve número para isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu não estava aqui ontem. Tive uma obrigação fora e não estava aqui. Mas, afirmo, desde logo, por antecipação que se o projeto foi submetido a voto é porque havia 34 Senadores na Casa.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Evidente. E, ontem, o Partido do Governo votou contra o Requerimento; nós pedimos a verificação. V. Ex^a, nobre Senador Jarbas Passarinho, disse que não tem havido *quorum* há muitos dias, e provei a V. Ex^a que ontem houve *quorum*, V. Ex^a, por favor, concorde.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não discordo; concordo plenamente. Eu não podia concordar antes, porque não sabia o que houve ontem.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Muito obrigado. Mas, veja V. Ex^a que, no seu exercício intelectual, deixou perante o Senado que não houve *quorum* ontem.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Perdão, nobre Senador. Estou querendo, ser, o mais possível, compreensível para a afirmativa de V. Ex^a porque ontem não estava aqui precisamente porque estava estudando o projeto, porque estava procurando um contato com o Governo para esse projeto, para receber do Governo uma informação.

Agora, também, pergunto a V. Ex^a: nesses 15 dias, houve muitas vezes projetos colocados em votação?

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, porque estamos esbarrados exatamente no provimento do requerimento, Excelência.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Porque o MDB tem pedido verificação.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Temos pedido verificação, nobre Senador Jarbas Passarinho. V. Ex^a não precisa ficar zangado.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Assim V. Ex^as não estão colaborando...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não confunda V. Ex^a veemência com zanga.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Veemência V. Ex^a tem e eu também. Acho, inclusive, que entre nós dois é muito difícil que a zanga nos separe mais que este corredor.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — É evidente. Concorde com V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Agora, o que eu pretendia era precisamente dar a explicação que a Bancada da Oposição merece.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — E nós agradecemos.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Primeiro, para que não se cometa uma injustiça de caso pensado: se se cometer uma injustiça sem ser de caso pensado, é perdoável, é um pecado venial. Mas, afirmar-se que o Governo não tem interesse, não tem ze-

Aí, sim, será interessante fazer um requerimento de urgência para que uma profissão não se considere lesada pela outra com diferença de prazo muito grande de habilitação profissional; através da regulamentação da profissão.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Vejo V. Ex^a, se me permite um aparte agora, que eu passei a não entender mais nada V. Ex^a acaba de explicar à Casa e à Nação que está estudando o projeto e que ainda não pôde chegar realmente a um aspecto de entendimento aos vários choques que aí estão, e o Senador Otto Lehmann acaba de dizer a todos nós que o projeto está na Secretaria pronto para constar da Ordem do Dia.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Está com todos os pareceres das comissões. Isso, no entanto, não impede que qualquer Senador apanhe o processo e o estude. Mas o Senador Jarbas Passarinho acabou de informar que esse requerimento não tem de ser, porque todas as comissões já se manifestaram.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Creio que estou com o aparte V. Ex^a me permite concluir?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — O aparte é de V. Ex^a

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Obrigado a V. Ex^a o Senador Otto Lehmann disse que o projeto está pronto para entrar na Ordem do Dia. Por outro lado, V. Ex^a, que tem estudado o projeto, com os rapazes e as moças que aí estão, acaba de dizer, com uma explicação bem clara, que está analisando e o Governo está tentando chegar a uma posição conciliatória. Não sei, agora, se fico com o entendimento de V. Ex^a ou com o projeto já pronto para entrar na Ordem do Dia. Prefiro ficar com a opinião de V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Se houver dúvida de V. Ex^a e do Senador Otto Lehmann, é porque fui indigente o suficiente para não me fazer claro.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, o Senador Otto Lehmann é que passou a confundir.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — A inteligência de ambos é tão alta, que não poderiam ter dúvidas sobre o que eu dissesse, a menos que eu diga, basicamente, errado as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Fazendo soar a campainha.) — A Presidência informa que confirma a declaração do Senador Jarbas Passarinho. O processo se encontra na Secretaria.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Pronta para entrar na Ordem do Dia, seria uma interpretação dada pelo Senador Otto Lehmann como quem diz "últimada a discussão da Casa." Agora, o Senador Itamar Franco, ao meu julgamento, é quem tem razão quando admite que ele estando pronto, não entra na pauta da Ordem do Dia. Aí, ficaria me repetindo: mas não entrou até o momento em que nós estávamos esperando uma solução conciliatória.

Agora, aonde, talvez, V. Ex^a esteja indo a um ponto mais discutível, é quando V. Ex^a diz que continuo estudando o projeto. Correto, continuo estudando os projetos, e que será meu prato de sobremesa estudá-los todos, inclusive o da Câmara, mas já desgradamente convencido de que não terei um projeto.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a me permite um último aparte? Prometo encerrar a minha intervenção. (Assentimento do orador.) A Presidência, através do nobre Senador pelo Pará, informa que o projeto já está pronto na Secretaria para ser enviado ao Plenário.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Acho que V. Ex^a equivocou-se como eu, chamando-o "o nobre Senador Farah".

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Não, chamei-o "o nobre Presidente, Senador pelo Pará", o ilustre Senador Renato Franco.

Lamentavelmente, se esse projeto aí está e não entra na Ordem do Dia, pior ainda, Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sr. Presidente, a partir de cá, já me considero totalmente incapaz de continuar dando explicações. Já disse, repeti que o projeto, hoje, entraria na Ordem do Dia. O requerimento entrou, automaticamente também o projeto, e não o votamos pelas razões já sabidas. Espero que na semana entrante o Senado possa ter aqui mais de 34 Srs. Senadores, para que a palavra que estou aqui transmitindo seja resgatada pelo comportamento da Maioria e, automaticamente, pela bancada da Minoria. Então, a partir daí vamos discutir o mérito do projeto. Será a hora em que vamos aprová-lo, ou não, nesta Casa. E seria meio surpreendente que não aprovássemos o projeto, quando ele vem aprovado por todas as Comissões. E, a partir daí, acredito que a solução será discutir o projeto e chegar a uma decisão que, acredito, também, é o desejo, pelo menos do Senador Itamar Franco, e possivelmente também da grande maioria dos Srs. Senadores.

Com o que eu não poderia concordar, Sr. Presidente, e me parece que provei, é que o Governo tenha sido acusado, sem defesa, de falta de zelo, de desinteresse pelo projeto e que propositadamente, por uma vocação sádica, esteja segurando o projeto para não ser votado. O que se procurava obter era um entendimento. Esse entendimento, pelas partes, não foi possível. Então, o Srs. Senadores, com a responsabilidade que terão de representantes da Federação aqui, é que vão tomar a decisão de votar o projeto no momento em que ele seja incluído na Ordem do Dia, a partir da presença do *quorum* regulamentar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 8, o Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, foi a Aracaju, para a inauguração do edifício-sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Convidados pelo Ministro, o Senador Augusto Franco e eu participamos de sua comitiva, assim como o General José Antônio de Alencastro e Silva, Presidente da TELEBRÁS.

À solenidade de inauguração compareceram o Governador José Rollemberg Leite, o Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Secretários de Estado, autoridades civis e militares e convidados.

O Ministro Euclides Quandt de Oliveira, em seu discurso, destacou o grande esforço dos Governos da Revolução, visando a dar ao Brasil um novo panorama, do que é exemplo o enorme avanço brasileiro em telecomunicações, e a reorganização, expansão e modernização dos serviços de correios e telégrafos. O Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, por sua vez, falou sobre a importância dos funcionários para o desenvolvimento das atividades da ECT, após ter feito um relato sobre o mecanismo dos serviços da empresa que preside, discurso que solicito seja incorporado a este pronunciamento.

O Governador José Rollemberg Leite, em seu pronunciamento, encerrando a solenidade, proclamou que o Ministério das Comunicações tem dado a Sergipe grande atenção, apoiando sempre as reivindicações feitas.

Não posso, também, deixar de abordar a entrevista dada à imprensa sergipana pelo Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, onde discorreu sobre vários assuntos, respondendo às perguntas que lhe foram feitas. Explicou a situação dos dezesseis mil antigos funcionários do ex-DCT que não optaram pela permanência na Empresa, situação esta que não é da competência da ECT, mas do DASP, que os vem utilizando nas áreas de vários Ministérios. Frisou o presidente da ECT que, desses dezesseis mil funcioná-

rios, oito mil tiveram suas situações regulamentadas, tendo, por duas vezes, sido franqueado a todos o direito de opção.

Informou que todos os postos postais do interior sergipano serão transformados em Agências, a prazo médio. Ainda este ano, todas as cidades do meu Estado estarão utilizando e serão interligadas pelo sistema de microondas. Anunciou, ainda, para o próximo ano a implantação, em Aracaju, da distribuição de cartas e telegramas por motocicletas, conforme já se dá no Rio, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Brasília. Finalmente, reafirmou que as tarifas postais permanecerão as mesmas até março do próximo ano, quando deverão ser reajustadas segundo os índices da inflação.

Sr. Presidente, no dia seguinte, o Senador Augusto Franco e eu participávamos de outro acontecimento de larga significação para Sergipe. Refiro-me à ativação do sistema DDD e DDI de Estância, a primeira cidade do interior de Sergipe a beneficiar-se desse avanço técnico.

Várias vezes falei, desta tribuna, do formidável esforço, a partir de 1964, no setor de comunicações, onde se realizou obra gigantesca, numa decisiva transformação do Brasil. Foi, assim, com satisfação muito especial que participei da inauguração do sistema DDD e DDI de Estância, próspera e tradicional cidade sergipana. Maior ainda esse contentamento, face às informações de que, hoje, será inaugurado o sistema de Itabaiana, estando relativamente próximo o dia em que todos os municípios do meu Estado contarão com esse moderno serviço de telecomunicações, cuja importância é desnecessário aludir.

Mais uma vez, portanto, vemos a ação do Ministério das Comunicações, que tanto tem favorecido Sergipe. Expressando a satisfação do povo sergipano, congratulo-me com o Ministro Euclides Quandt de Oliveira, com o Governador José Rollemberg Leite, assim como com o Presidente da TELEBRÁS, General José Antônio de Alencastro e Silva, com o Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, Presidente da ECT, com o Prefeito de Estância, Dr. Walter Cardoso Costa, com o Presidente da TELERGIPE, General Franz Ludwig Rode, por mais essas duas importantes melhorias: a inauguração da nova e moderna sede da ECT, em Aracaju, e a ativação do sistema DDD e DDI de Estância, formulando votos para que a programação a favorecer todo o interior do Estado se antecipe ao máximo, para mais rápido e maior benefício dos sergipanos!

Sr. Presidente, para que conste dos Anais da Casa, faço anexar a este pronunciamento o discurso proferido pelo Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA, EM SEU DISCURSO:

Discurso proferido pelo Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no dia 7 de agosto de 1978, em Aracaju.

"Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações — Comandante Euclides Quandt de Oliveira.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Sergipe — Doutor José Rollemberg Leite.

Excelentíssimo Senhor Senador Augusto Franco.

Excelentíssimo Senhor Senador Lourival Baptista.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso — Doutor José Garcia Neto.

Meus Senhores, Minhas Senhoras.

A inauguração das novas instalações do edifício sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Estado de Sergipe, longe de ser a conclusão de mais uma obra do programa de reaparelhamento das instalações da empresa, significa o elo de ligação no elenco de medidas criadas para responder à expansão dos serviços de correios e telégrafos nesta região.

O território sergipano se estende sobre um manancial de riquezas. A conjugação de medidas para o aproveitamento dessa potencialidade através de um programa de metas do executivo estadual, vigilante em sua defesa, vem permitindo a Sergipe alcançar expres-

sivos índices de desenvolvimento econômico de que se orgulham os brasileiros, e em particular, nós sergipanos.

Para atender à demanda de crescimento de determinada área geoeconômica, impõe-se dotá-la além de outros componentes vitais de uma bem estruturada rede de correios e telégrafos. A Organização das Nações Unidas estabeleceu que o desenvolvimento de um país está relacionado com o nível de qualidade dos seus serviços postais. Segundo os padrões da União Postal Universal, organismo integrante da ONU, o nosso País apresenta índices de franco desenvolvimento em serviços de correios, isto porque, se em 1974 tínhamos 9,18 objetos por habitante, em 1977, levando em conta o SERCA, atingimos 55 objetos por habitante.

No ano passado, ocorreu um fato inédito há mais de 30 anos: a receita operacional da ECT suplantou a despesa própria. O Brasil passou assim a integrar o fechado grupo de nações que exploram os serviços de correios com resultados positivos.

Tudo isto é o resultado do trabalho de uma equipe que acredita no "fazer fazendo", consolidando os resultados obtidos. Consolidar as realizações é o mais importante, pois fazer todos querem; o difícil, mesmo, é sedimentar o que foi feito. E, hoje em dia, o povo brasileiro conta com uma empresa consolidada em termos de desenvolvimento operacional e política de pessoal. O correio é do povo e para ele existe. Presente em todos os municípios, a ECT não é uma organização elitista, ao contrário, é popular porque vive e convive diariamente com o homem que sabe criticar, sabe indicar as falhas na maioria das vezes, e que também aplaude na hora certa.

Perfeitamente identificada com as aspirações da sociedade, a ECT precisa aferir constantemente o padrão de qualidade dos objetos postados, que crescem dia a dia. É surpreendente comprovar que em 1973 o total de objetos depositados nos correios foi de 728 milhões, 270 mil unidades e em 1977 chegamos a 2 bilhões e 118 milhões.

O correio não pode reprimir a demanda, porquanto o usuário não pode ser impedido de postar sua carta.

Cabe, como afirmei, uma constante aferição da qualidade do sistema injetando-lhe os insumos necessários que se traduzem na absorção de métodos tecnológicos aplicáveis, aliado a um programa profissionalizante da força de trabalho. Nesse aspecto, o Centro de Triagem Postal Automática de Brasília e a Escola Superior de Administração Postal são exemplos que definem nossa filosofia de ação.

Engana-se quem pensa que o correio é o simples colocar de uma carta na caixa coletora, entregue no dia seguinte como num passe de mágica. O simples ato de postar uma correspondência, aciona uma série de procedimentos onde o empregado desponta como o elemento chave, porquanto dele, tão-somente, depende o êxito ou o fracasso do planejamento.

É preciso, pois, que o empresário esteja consciente do papel da empresa como o prolongamento do lar do empregado, dando-lhe um bom ambiente de trabalho e condições de bem-estar social, além de capacitá-lo profissionalmente. Este é o sentido de nossa administração, pois somente assim se constrói com a solidez que se projeta no futuro.

É, pois, com satisfação que entrego aos meus conterrâneos mais esta realização da ECT. Nesta oportunidade quero expressar meus agradecimentos ao Governador José Rollemberg Leite, pelo apoio do seu Governo à ECT neste Estado, o que evidencia uma perfeita identidade do Executivo estadual com os objetivos de nossa empresa.

Entre tantas personalidades que aqui vieram prestigiar esta solenidade, quero registrar a presença entre nós, do eminente Senador Lourival Baptista. Tribuno de inteligência lúcida e espírito vibrante, foi a primeira voz que fez ecoar no Parlamento Nacional palavras de estímulo ao aplaudir as realizações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Receba neste reconhecimento público, a estima de nossa empresa, Senhor Senador.

Antes de encerrar, quero dizer da minha emoção em participar desta reunião de sergipanos, honrada com a presença ilustre de um "carioca-sergipano", o Ministro Quandt de Oliveira, cidadão

honorário da progressista cidade de Lagarto. Sergipe se orgulha por ter sido o primeiro Estado a apoiar decisivamente a criação da TELEBRÁS, que teve em Sua Excelência o seu primeiro Presidente. A marca de sua administração na empresa "HOLDING" do sistema de telecomunicações teve prosseguimento na Pasta que ocupa e cujo êxito maior se reflete no atual estágio de desenvolvimento das comunicações brasileiras, para o qual empresta decisivo apoio. De nossa parte, Senhor Ministro, reiteramos nesta oportunidade os nossos agradecimentos e o nosso orgulho por fazer parte da equipe dirigida por Vossa Excelência.

A todos os presentes os meus agradecimentos por haverem prestigiado este ato.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, designando para Ordem do Dia da próxima sessão as matérias constantes da pauta de hoje e que não puderam ser apreciadas por falta de *quorum*, assim constituída:

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 156, de 1978, do Senhor Senador Paulo Brossard, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1977, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 1978, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 1976, que proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 136, de 1978, do Senhor Senador Adalberto Sena, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1974, que dispõe sobre a participação dos eleitores do Distrito Federal na eleição de Senadores e Deputados Federais, e dá outras providências.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 68, de 1978, do Senhor Senador Murilo Paraíso, propondo a inserção em Ata de voto de congratulações à "Ordem Beneditina da Academia Santa Gertrudes" de Olinda, no Estado de Pernambuco, tendo em vista os inestimáveis serviços prestados à educação pela instituição, tendo

PARECERES CONTRÁRIOS, sob nºs 365 e 366, de 1978, das Comissões:

- de Constituição e Justiça; e
- de Educação e Cultura.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 107, de 1978, do Senhor Senador Franco Montoro, propondo a inserção em Ata de voto de congratulações ao **Diário do Grande ABC**, pela passagem do vigésimo aniversário de sua fundação, tendo

PARECER, sob nº 364, de 1978, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, favorável.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1972, do Senhor Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 308 a 311, de 1973, e 1.010 a 1.013, de 1977, das Comissões:

- de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade nos termos do Substitutivo que apresenta;

2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo de Plenário, com subemendas que apresenta;

— de Economia — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que apresenta e voto vencido em separado, do Senhor Senador Luiz Cavalcante; 2º pronunciamento: favorável ao Substitutivo de Plenário e às subemendas a ele apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça;

— de Saúde — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que oferece; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos; e

— de Finanças — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e à subemenda da Comissão de Economia, e contrário à subemenda da Comissão de Saúde, com voto vencido do Senhor Senador Cattete Pinheiro; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido, em separado do Senhor Senador Lourival Baptista.

— 7 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 944 a 946, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, nos termos de subemenda que apresenta; e

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto, em separado, do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 8 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada, tendo

PARECERES, sob nºs 135, 136 e 889, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável — 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) favorável, com voto vencido do Senhor Senador Lourival Baptista e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Ruy Santos.

— 9 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a transferência do aeroviário, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 94 a 96, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto;

— de Legislação Social, contrário, com voto vencido dos Senhores Senadores Orestes Quêrcia e Cunha Lima; e

— de Economia, favorável.

— 10 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1977, do Senhor Senador José Lindoso, que acrescenta parágrafo único ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o horário no período de aviso prévio, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 123, 124 e 125, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto; 2º pronunciamento: pela

constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social; e

— de Legislação Social, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

— 11 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor, tendo

PARECER, sob nº 59, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 12 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 940, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 13 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, tendo

PARECER, sob nº 21, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Leite Chaves, Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 14 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1978 — Complementar, do Senhor Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, tendo

PARECER, sob nº 167, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade (dependendo da votação do Requerimento nº 189, de 1978, de adiamento da discussão).

— 15 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 898 a 900, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Itálio Coelho, Otto Lehmann e Osires Teixeira;

— de Economia, favorável; e

— de Educação e Cultura, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos dependendo da votação do Requerimento nº 230, de 1978, de adiamento da discussão).

— 16 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Economia, favorável (dependendo da votação do Requerimento nº 231, de 1978, de adiamento da discussão).

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 24-8-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em diversas oportunidades tem sido questionado o papel do PIS — PASEP como mecanismo eficiente de redistribuição de rendas.

É certo que a desigualdade salarial no Brasil pode ser medida em termos de dezenas. Segundo dados trazidos ao conhecimento desta Casa pelo professor Eduardo Matarazzo Suplicy, em reunião da Comissão de Economia, a 21 de setembro de 1977, durante o ano de 1975 o salário médio de um gerente-geral de média e pequena empresa em São Paulo e no Rio de Janeiro chegou a representar, incluindo os benefícios adicionais recebidos, 150 vezes o salário recebido por um servente da construção civil em São Paulo.

Em razão disso o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, hoje reunidos num fundo único, propostos como forma indireta de reduzir a desigualdade social, foram considerados por muitos um mecanismo extremamente tímido para resolver o problema.

Agora, ao ser anunciado pela Caixa Econômica Federal um rendimento médio anual de Cr\$ 78,00 para as cotas do Programa de Integração Social, as dúvidas a respeito ganham maior conteúdo e dimensão.

O problema, Sr. Presidente, merece atenta reflexão.

O Programa de Integração Social data de 1970. À época do seu lançamento houve um interesse evidente em apresentar esse Programa como tendo um sentido formativo e pedagógico, capaz de criar no trabalhador brasileiro uma atitude favorável à formação, para si mesmo, de um patrimônio individual.

Nessa mesma época o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística preparava o Censo Demográfico, que revelou um quadro de grande desigualdade de rendas e, pior que isso, uma situação de extrema miséria, em diversas regiões do País.

Diante disso, seria difícil acreditar pudesse o trabalhador, já tão sacrificado, aceitar a sugestão de desenvolver hábitos de poupança, se nem tivera ainda condições de atingir pelo menos o consumo mínimo, essencial à sobrevivência.

Em 1970, segundo dados coligidos pelo economista Carlos Geraldo Langoni, quarenta por cento da população empregada no País recebia uma renda média de Cr\$ 110,00. No mesmo ano, decretado a 1º de maio, o menor salário mínimo do País era de Cr\$ 124,80.

Diante de um dado assim tão assustador, é difícil admitir que o trabalhador, colocado nas faixas de renda mencionadas, pudesse desenvolver hábitos de poupança, pois, o que é pior, nem mesmo seria atingido pelo PIS, viabilizado que fora esse Programa em função dos trabalhadores que tivessem vínculos de emprego, sem incluir o meio rural.

A Mensagem nº 13, de 1970 (CN), a acerta altura, sem projetar a questão para o futuro, sob a forma de um patrimônio individual, dizia o seguinte, em relação às empresas:

“A movimentação do Fundo, (...), por seu turno, virá beneficiar as empresas, ampliando-lhes as possibilidades de investimento e até proporcionando-lhes maior volume de capital de giro”.

Essa preocupação ficaria ainda mais evidente em março de 1974, poucos dias depois da posse da nova equipe administrativa federal, pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei cujo fim último era a centralização dos recursos do PIS-PASEP pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, dentro do objetivo de ser realizada a "implementação, de forma concentrada, de programas especiais de investimentos, calcados na programação mais geral de desenvolvimento econômico e social do Governo", conforme o texto da Mensagem nº 113/74, de 19 de março de 1974.

A supremacia do aspecto poupança ganhava assim contornos mais claros. A crítica a isso, ao cada vez mais indiretíssimo mecanismo de redistribuição de renda do PIS-PASEP, resultou na instituição do 14º salário.

A Exposição de Motivos nº 9, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de 16 de junho de 1975, propunha conferir ao PIS e ao PASEP "maior e mais rápida eficácia como mecanismos de melhoria da distribuição da riqueza e de suplementação salarial dos empregados e servidores públicos de menores níveis de renda".

Para que isso fosse possível, respeitada a disponibilidade de recursos do fundo, os participantes cadastrados há pelo menos cinco anos e com salário mensal igual ou inferior a cinco vezes o salário mínimo regional teriam o direito a um depósito mínimo anual equivalente ao salário mínimo regional mensal.

Dessa forma poderiam, a cada ano, fazer uma retirada de um salário mínimo mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

Com o objetivo de conciliar posições contrária, a Exposição de Motivos do CDE garantia que dessa forma não se sacrificaria "a idéia básica de constituição do patrimônio familiar, uma vez que a quota de cada assalariado continuará a crescer, ano a ano".

Sr. Presidente:

O quadro que ora apresentamos, é o pano de fundo da situação atual, quando é anunciado um rendimento médio de Cr\$ 78,00, 65% (sessenta e cinco por cento) menor do que o do ano anterior, que foi de Cr\$ 240,00. Hoje aos Cr\$ 78,00 acrescem mais Cr\$ 26,00.

Em nota oficial, distribuída na terça-feira, 8 de agosto, a Caixa Econômica Federal negou estar havendo sensível redução na poupança feita em favor dos trabalhadores.

Para a empresa pública encarregada de arrecadar o PIS, "o rendimento, que resulta da aplicação a cargo do BNDE, não sofreu redução alguma".

Na nota citada, a Caixa não questiona, nem poderia fazer, a sistemática de aplicação a cargo do BNDE, por mais absurda que esta possa parecer.

No entanto, em editorial, de 13 de agosto último, o *Jornal do Brasil* tece considerações a respeito. Observou, na oportunidade, aquele órgão de imprensa, estar "na hora de se promover a mais ampla discussão da política de aplicações do PIS e submetê-la à nação".

Complementa o editorial:

"A pergunta é fundamental para se descobrir se o BNDE está aplicando segundo suas prioridades ou segundo a prioridade de se obter o máximo de retorno possível para o empréstimo, já que esse deve ser o objetivo central de um fundo de assalariado".

As prioridades para as aplicações do BNDE foram definidas no Decreto nº 74.333, de 30 de julho de 1974.

Dentro dessa mesma concepção é que têm sido fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, de acordo com a Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974, as condições de aplicações dos recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A. por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, bem assim a remuneração dos serviços de arrecadação, de controle das contribuições e de distribuição de resultados. O Conselho Monetário Nacional aprovou Resolução, divulgada pelo

Banco Central do Brasil, sob nº 298, de 30 de julho de 1974, a qual merece ser comentada, pelo que apresenta de inovação.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção da Casa para o seguinte:

O BNDE, por incrível que pareça, pelo texto da Resolução nº 298, de 1974, é pago "pela realização de operações com recursos gerados pelo PIS e pelo PASEP", comissão esta de 0,5% (meio por cento) ao ano, fixado pela Resolução nº 444, de 14 de setembro de 1977, para o último exercício financeiro do Fundo.

Ao BNDE ficou atribuída a responsabilidade de assegurar aos participantes do PIS e do PASEP remuneração mínima de 3% (três por cento) prevista nas leis e Regulamentos sobre os valores que lhe forem transferidos, mantida responsabilidade idêntica para a CEF e o BB, para os casos de financiamento de capital de giro.

E por mais incrível ainda que pareça, o item VIII da Resolução nº 298, de 1974, estabeleceu o seguinte:

"Os riscos decorrentes das aplicações realizadas diretamente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, pela Caixa Econômica Federal — CEF e pelo Banco do Brasil S.A. serão suportados pelos próprios Fundos do PIS e do PASEP."

As taxas limites de aplicação dos recursos pelo BNDE foram ultimamente estabelecidas pela Resolução nº 444, de 14 de setembro de 1977, não podendo ser inferiores a 3,5% (três e meio por cento) e superiores a 8% (oito por cento) ao ano.

Portanto, Sr. Presidente, a preocupação do BNDE não é aquela que o *Jornal do Brasil* colocou como dúvida, qual seja a obtenção de o máximo de retorno possível para o empréstimo. Nem mesmo se trata de um empréstimo, pois o risco do emprego dos recursos quem assume é o dono do dinheiro.

A flexibilidade estabelecida pela Resolução do Banco Central é tanta que o BNDE apenas ficou encarregado de fornecer à CEF e ao BB, ao término do exercício financeiro, informações "dos resultados globais das aplicações realizadas, para as providências relativas à distribuição desses resultados entre os participantes do PIS e do PASEP".

Não resta nenhuma dúvida que esta não é a melhor política para os mutuários do PIS, os quais têm o legítimo interesse de conseguir o máximo possível de rentabilidade para os seus recursos.

O máximo, para o BNDE, é de 8% (oito por cento), conforme vimos, menos as diversas taxas, de forma que a rentabilidade do PIS e do PASEP se torna inferior àquela fornecida pelas cadernetas de poupança, de 6% ao ano.

E aqui, Srs. Senadores, vale a seguinte observação: o dinheiro do PIS e do PASEP, dinheiro sobretudo do trabalhador, é colocado ao rendimento da ordem de 3,5%, ao máximo de 8%. Os Bancos particulares não trabalham, em sua maioria, com esta taxa.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Itamar Franco, o Governo, através da Caixa Econômica Federal, está cobrando um juro mais correção monetária da ordem de 53% ao ano para a aquisição da casa própria. É quanto estou pagando em Natal, no Rio Grande do Norte, por uma casa que comprei em 1975. Paguei, o ano passado, 53%, e este juro quase que sai a 5% ao mês. No Banco do Brasil, que é o nosso Banco oficial, o juro da duplicata passa de 36% ao ano. Não entendo onde o Governo está aplicando a poupança do operário brasileiro. O que não compreendo é que essa poupança, em vez de ir para a frente, está indo para trás, pois, pelos esclarecimentos que o Governo prestou hoje, ainda teve um decréscimo de 39% em relação à rentabilidade do ano passado. A inflação passa de 40%, e a rentabilidade da poupança do operário brasileiro diminui em 39%. Muito obrigado a V. Exª

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Senador Agenor Maria, primeiro, os esclarecimentos que o Governo presta hoje à imprensa através do Diretor da Caixa Econômica, não convencem. E V. Exª vai observar isso face ao meu requerimento de informações sobre o PIS que encaminharei à Mesa.

Veja V. Exª mais uma vez: as aplicações do PIS e do PASEP, através do BNDE, oscilam entre 3,5% a 8%.

Mas outros aspectos merecem consideração, à vista do rendimento de Cr\$ 78,00 anual — V. Exª se referiu a essa explicação do Governo Federal que altera esse valor de Cr\$ 78,00, acrescentando, note bem, em apenas mais 26 cruzeiros — recebido pela média das cotas do Programa de Integração Social.

Uma parte da nota oficial da Caixa Econômica Federal continua de difícil entendimento. A referida nota, depois de afirmar que os rendimentos resultantes da aplicação a cargo do BNDE não sofreram redução alguma, afirma o seguinte:

“Se os trabalhadores estão recebendo menos em virtude da aplicação de novos critérios, o seu pecúlio cresceu em muito maior proporção.”

Em primeiro lugar, esses novos critérios permanecem um mistério.

O § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, faculta, no final de cada exercício financeiro, a retirada das parcelas correspondentes aos seguintes créditos das contas individuais:

- juros mínimos de 3% (três por cento) calculados anualmente sobre o saldo credor corrigido;
- resultado líquido adicional das operações realizadas com recursos do PIS-PASEP, deduzidas as despesas administrativas e as provisões de reservas indispensáveis;

E para este ponto chamo a atenção dos Srs. Senadores: é que o Conselho Diretor do Ministério da Fazenda, através da Resolução nº 4/78, esqueceu a Lei Complementar de 26 de novembro de 1975 no seu § 2º em relação ao seu art. 4º:

“1 — Autorizar o processamento das solicitações de retirada, compreendendo a retirada complementar prevista no § 3º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, apresentadas pelos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário ou vencimento mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, bem como os pagamentos correspondentes, no período de 21 de agosto de 1978 a 30 de março de 1979.”

E aqui o mais grave, Sr. Presidente:

“II — Autorizar a retirada, pelos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP, no período de 21 de agosto de 1978 a 30 de março de 1979, dos juros, à taxa de 3% (três por cento) ao ano, que lhes forem atribuídos ao término do segundo exercício financeiro do mesmo fundo.”

Isso está aquém do que determina a lei. E o resultado líquido, como fica?

Será que esta última parte não está sendo distribuída, pois a CEF assegura que o rendimento de 3% ficará à disposição dos cotistas do PIS, na nota oficial antes referida?

O que observamos, de modo geral, é que o PIS-PASEP não é um mecanismo eficiente de distribuição, ou redistribuição de rendas.

Além disso, e impedindo melhor resultado para o Fundo, o sistema de aplicações é extremamente limitado, distanciando ainda mais o PIS-PASEP do objetivo redistributivo.

As informações a respeito das atividades do PIS-PASEP são escassas e os maiores interessados no assunto, os trabalhadores e servidores públicos, são vistos de forma paternalista, como se os recursos

do Fundo fossem uma dívida diante da qual deveriam estar sempre agradecidos.

Estará a Caixa Econômica Federal recorrendo a recursos do PIS para sanar os seus apertos de liquidez, sem pagar qualquer espécie de remuneração? O Balancete do PIS, de 31 de maio último, publicado na *Revista Bancária Brasileira*, de junho, apresenta 8,5 bilhões de cruzeiros como depósitos à vista na Caixa Econômica Federal. Esse tipo de depósito não rende juros nem correção monetária.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Pelas explicações que o Governo dá hoje, o culpado da diminuição dessa rentabilidade é o fato de terem ficado 2 bilhões de cruzeiros no BNH sem aplicação. Ora, se assim ficaram esses 2 bilhões de cruzeiros no BNH, como se compreende a aplicação do BNH para a casa própria, que vai até 53% ao ano o custo do dinheiro? Não interessa se são juros mais correção monetária; e sim que o custo do dinheiro foi, no ano passado, a 53% ao ano. Tenho a impressão, Senador Itamar Franco, de que o Governo, com a criação do FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — tirou, apenas, a estabilidade do operário brasileiro.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito bem!

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Só isso, e mais nada. Hoje, o nosso operário está jogado à sarjeta do sofrimento, do abandono e da dor. O salário — pelo menos no meu Rio Grande do Norte — não oferece condições de uma pessoa alimentar-se duas vezes por dia, porque o salário líquido recebido pelo nosso operário é de Cr\$ 1.022,00. A inflação está aí, e o Governo, já reconhecendo essa inflação, autorizou aos donos de cimento a reformulação do preço do produto, para mais a cada 90 dias. Mas o operário está aí esperando — não sei como — 1º de maio de 1979, para obter aumento no seu ínfimo salário, que é mais um salário de fome do que algo que possa representar estímulo para quem trabalha neste País.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Nobre Senador Agenor Maria, veja V. Exª: em maio, segundo o Balancete Geral, tínhamos 8,5 bilhões em depósitos à vista. Já agora, de acordo com o *Diário Oficial* de agosto (1978), os depósitos à vista com fundos do PIS e PASEP sobem para 10 bilhões de cruzeiros.

Perguntamos nós: esse dinheiro está rendendo juros? Como o Governo está aplicando esses 10 bilhões de cruzeiros?

Nobre Senador Agenor Maria, V. Exª fala na inflação, inflação que, desde que chegamos a esta Casa, estamos ouvindo que está sob controle.

Em janeiro de 1975 — já tive oportunidade de lembrar o seguinte: segundo o Governo, a inflação brasileira estava sob controle! Tomemos o exemplo da Capital do meu Estado — o índice do custo de vida subiu, em doze meses, cerca de 60%, e o salário do trabalhador foi corrigido apenas em 39%. Veja V. Exª, o índice do custo de vida sobre 60% e se corrige, 39% V. Exª tem toda razão nesta sua intervenção.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Ouço o nobre Senador por Goiás, Sr. Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Eminentíssimo Senador Itamar Franco, V. Exª faz muito bem em, nesta tarde, ocupar a atenção do Senado na discussão de problemas da maior significação para os trabalhadores deste País. E logo na primeira fase do seu discurso, que, com o desenvolver natural, se evidenciou brilhante, como normalmente são os seus pronunciamentos nesta Casa, V. Exª trouxe um dado que, embora sendo do conhecimento de toda a Nação, tem objetividade tal que ficou aqui a bater nos meus miolos,

Programa de Integração Social — PIS
Lei Complementar n.º 7, de 7/9/1970

LEI COMPLEMENTAR N.º 28, DE 11/09/75 — REGULAMENTADA PELO DECRETO N.º 73.276, DE 17/09/78

BALANÇETE EM 31 DE MAIO DE 1978

ATIVO	Cr\$	Cr\$
DEPONÍVEL		
Depósitos Bancários à Vista		
Caixa Econômica Federal		8.520.630.029,75
REALIZÁVEL		
Financiamentos — Capital de Giro		
A Indústria	2.122.660.058,02	
Ao Comércio	775.597.596,00	
A Empresas de Serviços	367.312.136,00	
Outros	912.459.032,58	4.172.958.815,60
Financiamentos — Capital Fixo		
A Indústria	1.630.241.593,51	
Ao Comércio	372.164.021,45	
A Empresas de Serviços	563.241.570,14	
Outros	1.558.524.501,39	4.123.169.186,49
Aplicações Financeiras		269.956.785,38
Recursos Transferidos ao ENDE para Aplicações		50.308.550.940,67
Outros Ativos Realizáveis		6.022.573.620,46
CONTAS DE RESULTADO		928.327.695,10
Subtotal		75.262.493.848,45
COMPENSAÇÃO		13.970.172.390,49
		89.232.672.238,94

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1978. — Antônio Marcos de Almeida Rêgo, Presidente. — Cláudio A. L. Medeiros, Diretor. — Rogério Luz Corlho, Diretor. — Léo Lynco do Araújo, Diretor. — José Ribeiro Falcão, Diretor. — Paulo César Figueiredo de Mattos, Diretor. — Gil Gouvêa Maciel, Diretor. — Orlando Martins Filho, Diretor. — Jamil Ribeiro da Silva, Chefe da Divisão de Contabilidade de Fundos e Programas — Contador — CRC — 14.642-3 — RJ — Ruy de Souza Fróes, Chefe do Departamento Central de Contabilidade — Contador — CRC — RJ — 5.153.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Maura Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:
Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carreira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
Jarbas Passarinho
José Sarney
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Paulo Brossard
Vice-Líderes
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraíso	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes	6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard	
5. Orestes Quércia	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraiso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

Suplentes**ARENA**

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevir Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

- | | |
|-------------------|---------------------|
| 1. Itamar Franco | 1. Evandro Carreira |
| 2. Lázaro Barboza | 2. Nelson Carneiro |
| 3. Adalberto Sena | |

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraiso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

Suplentes**ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho

MDB

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Franco Montoro | 1. Agenor Maria |
| 2. Marcos Freire | 2. Orestes Quéricia |
| 3. Roberto Saturnino | |

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

Suplentes**ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

MDB

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Evelásio Vieira | 1. Franco Montoro |
| 2. Itamar Franco | 2. Cunha Lima |
| 3. Adalberto Sena | |

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Saldanha Derzi

Titulares

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Saldanha Derzi
5. Helvídio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Vilela de Magalhães
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

Suplentes**ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Otair Becker

MDB

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Franco Montoro | 1. Hugo Ramos |
| 2. Evelásio Vieira | 2. Dirceu Cardoso |
| 3. Gilvan Rocha | 3. Evandro Carreira |
| 4. Roberto Saturnino | |
| 5. Cunha Lima | |

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares

1. Jessé Freire
2. Ruy Santos
3. Lenoir Vargas
4. Jarbas Passarinho
5. Lourival Baptista
6. Accioly Filho

Suplentes

1. Braga Junior
2. Virgílio Távora
3. Osires Teixeira
4. Cattete Pinheiro

ARENA

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Milton Cabral
2. Vilela de Magalhães
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Jarbas Passarinho

Suplentes

1. José Guimard
2. Murilo Paraíso
3. Virgílio Távora

ARENA

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares

1. Helvídio Nunes
2. Otto Lehmann
3. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Jarbas Passarinho

ARENA

MDB

1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusto Franco
10. Otto Lehmann

Suplentes

1. Accioly Filho
2. Fausto Castelo-Branco
3. Helvídio Nunes
4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho
6. Luiz Cavalcante

ARENA

MDB

1. Paulo Brossard
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro

1. Marcos Freire
2. Hugo Ramos
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândida Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Itálvio Coelho
3. Osires Teixeira

ARENA

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Benjamim Farah
2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

ARENA**Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

ARENA**Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães

MDB

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

ARENA**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evêladio Vieira

1. Lázaro Barbosa
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1978

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.P.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.P.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA
09:00	C.S.N.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARLIM
	C.M.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00